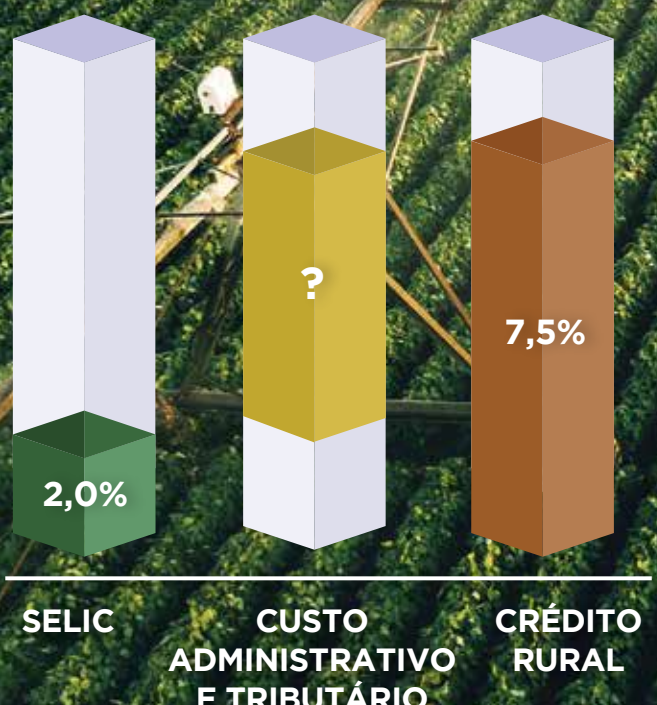
AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 10 | OUTUBRO 2020 | R$ 15,00

TAXA DE JUROS DO CRÉDITO RURAL PRECISA BAIXAR

2,0% NÃO PODEM SE TORNAR 7,5%





FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

MEIO AMBIENTE PRODUTOR MODERNO PREGA A SUSTENTABILIDADE

CANA-DE-AÇÚCAR SEGUNDA FONTE DE ENERGIA NO BRASIL

ECONOMIA AINDA HÁ DÚVIDAS SOBRE A VELOCIDADE DE RECUPERAÇÃO

SESCOOP/SP ATUA NO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS



Você sabia que um dos objetivos do Sescoop/SP é contribuir para o desenvolvimento da gestão e da governança das cooperativas agropecuárias?

Um dos pilares de atuação é o ***PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO****, instrumento de diagnóstico que gera indicadores para a tomada de decisão estratégica, com referenciais comparativos que permitem a avaliação da cooperativa em termos regionais (no seu segmento de atuação), bem como no mercado onde atua.*

Além disso, o Sescoop/SP oferece capacitação para o desenvolvimento das competências necessárias para uma completa análise dos dados pelos dirigentes das cooperativas.

QUER SABER MAIS?

Entre em contato com o Sescoop/SP pelo e-mail ***atendimento@sescoopsp.coop.br*** *ou ligue para* ***(11) 3146-6200*** *e converse com nosso Departamento de Desenvolvimento Cooperativo.*

SESCOOP/SP

somos coop

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

A TAXA DE JUROS DO CRÉDITO RURAL PRECISA BAIXAR

O SOLUÇO da inflação de alimentos não deve propagar-se para o resto da economia. O nível da atividade está muito baixo, e não há espaço para aumentos generalizados de preços. Mais uma vez, repetimos que a maior parte dos setores do agro está conseguindo escapar da crise, mas é preciso que haja atenção com o câmbio. Continuamos acreditando que o real irá se valorizar em relação ao dólar. Em 2021, há uma grande probabilidade de o dólar cair para próximo de R$ 4,00. Assim, é necessário muito planejamento para as compras e as vendas lastreadas na moeda norte-americana. A chegada da vacina contra a COVID-19 dará o tiro final no preço do dólar.

Nesta edição da ***Agroanalysis***, damos continuidade à discussão sobre o crédito rural, mais especificamente sobre a taxa de juros cobrada dos produtores. É muito importante esclarecer que o subsídio ao crédito rural, na sua definição pura, não existe mais. O apoio ao setor ainda acontece, só que na forma de taxas de juros preferenciais, abaixo das taxas de mercado, mas não subsidiadas. Hoje, o custo de captação bancária é de no máximo 2,00% ao ano (Selic, taxa básica da economia) e a taxa do crédito rural chega a 7,50% (Moderfrota). Essa imensa diferença entre o custo de captação e a taxa concedida ao produtor é explicada pelo Custo Administrativo e Tributário dos bancos (CAT). Ou seja, a alta taxa de juros paga pelo produtor tem origem na ineficiência do sistema bancário brasileiro, que impõe o seu custo elevado a toda a economia.

Um assunto que vem sendo muito discutido nas últimas semanas no Brasil é a inflação dos alimentos. Sem dúvida, a elevação dos preços traz desconforto para as famílias, contudo, no caso dos alimentos, ela ocorre na forma de choques temporários. Assim, a inflação que estamos vendo deve dissipar-se nos próximos meses, sem impacto sobre a atual política de juros do Banco Central do Brasil (BCB).

Outro assunto trabalhado nesta edição – nesse caso, com ainda mais profundidade – é a sustentabilidade ambiental no agro brasileiro. Os produtores rurais que são profissionais já estão comprometidos com o tema. Os que descumprem a lei devem ser punidos.

Essa visão da sustentabilidade no agronegócio é debatida na entrevista do mês, com a opinião de Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que possui larga experiência e convivência em negociações internacionais de *commodities* agropecuárias, sobretudo quando se trata do bioma amazônico. A conversa flui sobre assuntos variados, desde a imagem externa desgastada com as queimadas até o desmatamento das florestas.

O Brasil sempre teve, como exemplo para o mundo, a característica de renovável e sustentável da sua matriz energética, com benefícios sociais, econômicos e ambientais. Nessa linha, a aposta no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro mostra os seus resultados. Ocupando apenas 0,7% do território brasileiro com a sua produção, a cana-de-açúcar é a segunda fonte energética mais importante do Brasil, à frente da hidrelétrica. Além de manter mais de 3 milhões de empregos, o etanol, reconhecidamente, contribui para a redução da poluição do ar nos centros urbanos, amenizando complicações causadas pela COVID-19.

O nosso Conteúdo Especial do mês destaca o desempenho formidável da cadeira produtiva de algodão. Hoje, o Brasil galgou o posto de líder mundial como fornecedor de algodão sustentável, sendo responsável por 36% de toda a produção mundial certificada pela Better Cotton Initiative (BCI), na qual o Brasil é referência desde 2013, por meio do programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR).

Por fim, outra cultura destacada pela ***Agroanalysis*** é a de cacau. Com base nas informações e nas análises do trabalho "Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia", o nosso artigo traz detalhes sobre o seu atual sistema de produção e apresenta um cenário do mercado para os próximos meses. ■



04 EDITORIAL

06 CAPA **ENTREVISTA**
MARCELLO BRITO
BRASIL SÓ GANHA COM VISÃO DA SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

09 FRASES & COMENTÁRIOS

11 CAPA **MACROECONOMIA**
LIMITES DA POLÍTICA MONETÁRIA

12 AGRODROPS

13 MERCADO & NEGÓCIOS

13 INFLAÇÃO DE ALIMENTOS É TEMPORÁRIA E SEM DISSEMINAÇÃO

15 CAPA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA MATRIZ DE COMBUSTÍVEIS

17 CANA-DE-AÇÚCAR COMO FONTE DE BIOPRODUTOS NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

22 POLÍTICA AGRÍCOLA

22 CAPA OS JUROS DO CRÉDITO RURAL PRECISAM BAIXAR

26



ABRAPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO (ABRAPA)

33



AIPC
PRODUÇÃO DE CACAU NO SUL DA BAHIA

38



REUNIÃO DO COSAG
SANIDADE ANIMAL

20 CORTEVA
NORDESTE: NOVO POLO PRODUTOR DE MILHO NO BRASIL?

44 FAESP
A REFORMA TRIBUTÁRIA NA AGROPECUÁRIA

45 CROPLIFE
SEMENTES ILEGAIS TRAZEM PREJUÍZOS PARA A AGRICULTURA

46 DIÁRIO DE BORDO
FALANDO DE CORES

47 PRODUZIR
ITR: UMA MUDANÇA NECESSÁRIA

48 OPINIÃO
NOVOS (E MELHORES) TEMPOS PARA O AGRONEGÓCIO EM SÃO PAULO

49 REFLEXÃO
NARRATIVAS NÃO SÃO VERDADES, POIS O QUE INTERESSA SÃO OS FATOS

50 PIMAGRO

BRASIL SÓ GANHA COM VISÃO DA SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
Da Redação

GRUPOS EMPRESARIAIS importantes protocolaram, na Vice-Presidência da República, no Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e na Câmara dos Deputados, um comunicado pedindo rigor na agenda do desenvolvimento sustentável e do combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Para tratar desse assunto, a ***Agroanalysis*** traz a opinião de Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da ABAG, com larga experiência e convivência em negociações internacionais de *commodities* agropecuárias, sobretudo quando se trata do bioma amazônico.

HÁ UMA PIORA NA IMAGEM AMBIENTAL DO BRASIL?

MARCELLO BRITO: Os países podem ser avaliados com critérios científicos desenvolvidos por metodologias aprimoradas. Acompanhamos de perto como está sendo vista a "marca" Brasil no mundo inteiro quanto à questão da sustentabilidade. Em junho de 2019, ficamos muitos assustados com os resultados negativos apurados pelas pesquisas. Há uma diferença enorme entre a percepção e a realidade das coisas.

Convidamos a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para o 18º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), em 2019, e apresentamos o conteúdo do levantamento. Ouvimos personalidades tarimbadas nas questões internacionais, como os diplomatas Sergio Amaral e Rubens Barbosa. Há um consenso sobre a imagem ruim do Brasil no que diz respeito aos problemas de governança relacionados à Floresta Amazônica.

PODEMOS DIMENSIONAR O PREJUÍZO DESSA DETERIORAÇÃO NA APARÊNCIA EXTERNA?

MB: No começo deste século, já participávamos de encontros multissetoriais com foco em sustentabilidade. Naquela época, as pressões das organizações não governamentais (ONGs) sobre as indústrias manufatureiras eram repassadas para os produtores. Esse processo mudou no decorrer dos anos. Agora, a sociedade influencia as decisões dos investidores, que, por sua vez, passam para seus clientes. Então, o custo para captação do capital pode ficar maior ou menor conforme a situação.

A Ciência aponta as tendências de consumo do mundo. Temos de estudar para onde caminha a visão das novas gerações. Essa percepção ruim não pode continuar. Existem países que lutam para mudar como são vistos pelo mundo. Custa muito para construir a imagem e quase nada para destruí-la. As negociações com a União Europeia, em caso negativo,



afetarão o nosso pleito de integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Precisamos participar desses grandes condomínios mundiais.

APESAR DE SER POTÊNCIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL, O BRASIL QUEIMA E DESMATA FLORESTA?

MB: O termo 'agroambientalismo' continua no plano do desconhecimento. Dispomos de uma riqueza ambiental gigantesca, mas ainda sem tirarmos proveito. Apesar de o agro apresentar-se bem, isso ocorre abaixo da sua potencialidade. Os concorrentes não planejam atacar o agronegócio do Brasil todos os dias. Eles esperam as nossas manifestações, para darmos de forma gratuita o chicote e sermos surrados em questões de desmatamento ilegal, grilagem, queimadas e outros crimes.

Essa postura errada advém da miopia geopolítica e comercial dos nossos interlocutores. As ações desastradas provocaram um verdadeiro desgoverno na

“NO MUNDO, UNS OLHAM O DESENVOLVIMENTO PELO LADO DA ESCASSEZ E OUTROS, PELO LADO DA ABUNDÂNCIA.”

condução da política ambiental, principalmente para o agro. O fato de estarmos fincados nesse debate mostra que a questão ambiental faz parte de uma visão transversal da economia. Daí as pessoas e as empresas sérias não poderem ficar do lado de fora desse debate.

FALTA ARTICULAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE ENTRE OS SETORES DA SOCIEDADE?

MB: Esse processo estreita-se e ganha força. Sempre foi tradicional que as empresas deixem para as entidades fazerem as manifestações. No setor privado, as empresas são os mecenas e os CEOs são os responsáveis pelas transformações e pelas disrupções. Esse foco de pressão republicana aparece como um novo paradigma nas relações corporativas e intergovernamentais. Precisamos dar os sinais corretos de que renegamos a ilegalidade e que nos alinhamos à preservação e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Assinada por setenta grandes empresários e oito entidades de representação, uma carta-manifesto pede o combate ao desmatamento na Amazônia. O documento chama a atenção para a imagem negativa e a reputação dos negócios do Brasil no exterior diante dos problemas socioambientais na Amazônia. Enquanto esse grupo realiza visitas junto às lideranças políticas e empresariais, clientes de referência demandam uma cadeia de suprimentos livre de desmatamento ilegal.

DEVEMOS MOSTRAR AS PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS DO AGRO?

MB: O mosaico de sucessos é enorme. Como país em desenvolvimento, temos atividades com problemas. A dinâmica do desmatamento está baseada na chamada grilagem, com roubo de terras públicas. Com a derrubada da Floresta, vem a venda ilegal de madeira, sendo a maior parte consumida no Brasil. O pequeno produtor não tem recurso para fazer essa operação. Os correntões completam o serviço com a limpeza e o destocamento do terreno. Passa um tempo, toca-se fogo e se introduz o gado, para ser feita a pseudoposse mansa e pacífica da área.

Sem tecnologia, essa ocupação parece-se em nada com a pecuária técnica, industrial e sustentável majoritária no País. Os governos possuem ferramental constituído nas últimas décadas, como o Guia de Trânsito Animal (GTA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre outros. O cruzamento de dados e o rastreamento da agropecuária podem ser feitos em parceria com o setor privado. Essa *legal compliance* interessa aos produtores, aos processadores e ao País.

COMO FICA O ARGUMENTO SOBRE O DESMATAMENTO REALIZADO EM OUTROS PÁISES?

MB: A nossa responsabilidade é com o Brasil. No mundo, uns olham o desenvolvimento pelo lado da escassez e outros, pelo lado da abundância. Como não existe Estado que se desenvolva em cima da primeira visão, o foco fica sobre a segunda. O gigantismo da Apple vem dos milhares de articuladores que acessam a sua plataforma. O futuro brasileiro está nos fundamentos agroambientais e em suas centenas de faces, seja em produtos ou serviços.

Já realizamos duas safras anuais no Brasil e estamos próximos da terceira, a de carbono. Não é essa a mais discutida atualmente? Teremos liderança nesse processo ou, mais uma vez, ficaremos a reboque dos outros? Como podemos alinhar-nos às tendências do *mainstream* apontadas pela Ciência, nas faixas e nos nichos disruptivos com os mercados de alto valor agregado? Na verdade, podemos estar em todos eles. O interessante está no fato de o Brasil possuir potencial e tecnologia tropical para atender os dois segmentos.

PODEMOS ABRIR MÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL?

MB: Nunca, num país biodiverso como o Brasil. A soberba e o orgulho são cruéis destruidores de riqueza no mundo. Há quarenta anos, éramos importadores de alimentos, enquanto os Estados Unidos eram um grande fornecedor mundial (talvez, fossem orgulhosos e arrogantes também). Hoje, menos de três dezenas de países suprem sua população e geram excedentes para exportação. No mercado competitivo atual, a ocupação do espaço vazio ocorre de forma rápida. Nunca dizemos ao seu cliente “ou compra de mim, ou terá depois que pedir de joelhos”. Fazer isso significaria dizer “por favor, procure outro fornecedor”.

Recentemente, a Rússia fechou um acordo com a China para fornecimento de soja. Ainda que sejam pequenas, os russos ganham novas áreas de cultivo, graças às mudanças climáticas.

AS ARTICULAÇÕES COMEÇAM A SE ESTREITAR E GANHAR FORÇA ENTRE OS GRUPOS EMPRESARIAIS.

No continente africano, ainda existe muito a ser explorado. Então, a proposta brasileira deve manter o abastecimento regular dos parceiros. No meio diplomático, diz-se que "não há países amigos, mas sim os de interesse". A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China rompeu laços de confiança dos dois lados. O Brasil deve aproveitar-se para sustentar com sólidos pilares a sua posição.

A TECNOLOGIA TRAZ BENEFÍCIOS QUANDO AJUDA A APURAR QUEM DEGRADA AS ÁREAS NA AMAZÔNIA.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS SÃO VISÕES-CHAVE?

MB: Maior do que pensamos, o bioma Amazônia recobre quase metade do Brasil. Possui tipos de formações florestais diferentes, com vegetações campestre, não florestal e mista. A Amazônia está nos corações e nas mentes do coletivo mundial. Uma parte imensa já foi antropizada. Com tecnologia, parte significativa dessa área será ocupada com novos conceitos sobre os setores já consolidados da agricultura e da pecuária, diante da sua interligação com uma nova bioeconomia da floresta em pé.

No mundo desenvolvido, há bilhões de dólares a serem aplicados na bioeconomia, um resultado das inovações na área de Ciências Biológicas. Indústrias de cosméticos, do agro e processadoras de alimentos do País já unem com grande sucesso as bioeconomias das florestas e de setores consolidados. Ao Brasil cabe desenvolver essa inteligência. Do papel e da celulose, virão produtos revolucionários para substituir os plásticos e as embalagens. Os passos estão sendo dados.

CRESCEM AS TOMADAS DE DECISÃO DOS INVESTIMENTOS COM BASE EM CRITÉRIOS AMBIENTAIS?

MB: Essa será uma condição *sine qua non*. A tecnologia traz benefícios para as análises e as imagens de satélite que apuraram a participação ou não do agro na degradação ambiental. Sabemos que se trata de uma minoria. Temos, *a priori*, de passar por um exercício de cidadania. Precisamos aumentar a maturidade e as relações entre representantes da sociedade civil, do Governo e da inciativa privada na construção de uma nova governança para o País.

As iniciativas da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, que reúne 250 entidades ambientalistas, da Academia, do agronegócio e de outros setores, são exemplos positivos dessa cidadania, sendo, hoje, uma interface com compradores e investidores no mundo. O movimento empresarial liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS), pela ABAG, pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), pela Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e pela Rede Brasil do Pacto Global corre nesse sentido. Positivo, o resultado mostra o avanço da sociedade civil e da iniciativa privada brasileira no campo do desenvolvimento sustentável.

COMO FICAM AS CERTIFICAÇÕES E AS CONTENÇÕES DE INCÊNDIOS E QUEIMADAS?

MB: Existem selos internacionais para a maioria das *commodities* e que não são uma garantia de *compliance*, mas um indicativo de intenções. Empresas de extração sustentável de madeira encerraram as atividades por não competirem com a madeira proveniente do desmatamento ilegal, nem coibirem a invasão de grileiros e ladrões de madeira. Não podemos aceitar as ações propositais causadas pelo homem. Nas florestas úmidas da Amazônia, o fogo não acende sozinho, salvo em períodos de longas secas.

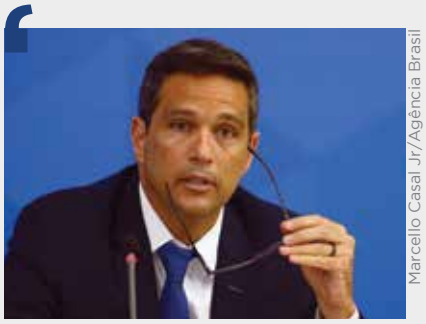
A lei brasileira permite as queimadas. Contudo, essa prática não condiz com o alto nível dos centros de pesquisa e ensino agrícola existentes no País. Essa situação mostra a fragilidade da assistência e do desenvolvimento técnico do pequeno produtor. Essa responsabilidade, não só dos governos, exige uma atuação da iniciativa privada. Das 5,3 milhões de propriedades rurais existentes no País, 85% possuem menos de 100 hectares, que, sem apoio de cooperativas, ficam em situação de sobrevivência mais grave.

A PANDEMIA TROUXE ALGUMA LIÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO?

MB: O 19º CBA, realizado neste ano, chegou a esta conclusão: considerada como essencial, a atividade não parou. Com a descentralização da produção no território, colhemos e exportamos uma produção recorde. Aprendemos, também, que não podemos deixar os nossos insumos usados na plantação nas mãos de terceiros. Fornecedores importantes paralisaram a produção industrial devido à pandemia. Então, devemos repensar o nosso modelo industrial, com uma reforma tributária de verdade.

O foco central da Amazônia está no agroambiente, com primazia ecológica sobre os outros biomas. Representa uma fonte de opulência. Os seus rios voadores liberam vapor de água para a atmosfera. Uma única árvore de 10 metros de altura emite uma média de 300 litros de água por dia. Florestas formam água, enquanto 90% da produção brasileira não emprega irrigação. Essa constatação deve estar presente nas nossas mentes. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Importante para a recuperação no pós-pandemia e cobrada pelos investidores e pela sociedade, a questão ambiental entrou de forma definitiva na ordem do dia.”

“A atual crise global provoca mudanças profundas e exige a retomada das economias, sendo que a sustentabilidade guiará grande parte do fluxo de recursos daqui para frente.”

“Exigimos, hoje, de cada agente financeiro a indicação de diretores responsáveis pelo risco socioambiental da atividade bancária.”

ROBERTO CAMPOS NETO, presidente do Banco Central do Brasil (BCB)

“Precisamos canalizar mais recursos para financiar a transição rumo a uma economia verde. No ano passado, essa linha representou 22% do total da carteira de crédito dos bancos.”

“O tema das queimadas e dos desmatamentos na Amazônia não pode ser mais um capítulo à parte, pois está no centro de uma grande vantagem competitiva para o Brasil.”

ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA, presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

“Para 94% dos brasileiros, preservar a Amazônia é essencial para a identidade do País. Entre aqueles com menor nível de escolaridade, esse percentual chega a 97%.”

“Quase metade dos brasileiros considera que as queimadas e o desmatamento ilegal são os maiores problemas da Amazônia.”

“Nove em cada dez brasileiros estão preocupados ou muito preocupados com a preservação da Floresta Amazônica.”

OBSERVATÓRIO FEBRABAN, pesquisa da FEBRABAN em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) em 2020

“O Brasil pode provar aos outros países que é possível conter o desmatamento e aumentar a produção, ajudando a alimentar o mundo.”

“Tudo isso pode ser feito enquanto se combatem as mudanças climáticas e se promove o desenvolvimento regional, com ganhos reais ao meio ambiente e às pessoas.”

ANDRÉ GUIMARÃES, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

“O agronegócio sério e responsável corre o risco de ser penalizado nas suas exportações se o País não combater os crimes ambientais na Amazônia.”

“Não podemos perder mais tempo com antagonismos que impedem o País de avançar.”

MARCELLO BRITO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura



Copel
Mercado Livre.
Sob medida
para sua empresa
economizar.

- **Mais economia** em sua conta de energia.
- Suporte de uma das **maiores empresas** do país.
- **Maior planejamento** dos custos com energia.
- Saiba **exatamente** o gasto de energia da sua empresa.

Se a sua empresa possui uma demanda igual ou superior a 500kW, agora você pode negociar o contrato de energia conforme a sua necessidade. Com a Copel, a maior empresa do Paraná e uma das maiores do Brasil no segmento, você estabelece com antecedência preços, prazos e volumes de consumo.

Acesse: **copelmercadolivre.com.br**
e comece a economizar.

COPEL
Mercado Livre

LIMITES DA POLÍTICA MONETÁRIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

AO LONGO da última década, o mundo experimentou patamares de juros cada vez mais baixos. Nos Estados Unidos (EUA), a taxa de juros tem registrado baixos níveis desde o início da década de 2000. A crise bancária de 2008 fez com que o Federal Reserve (Banco Central dos EUA) levasse a taxa de juros norte-americana a zero. Mesmo com o fim da recessão, a taxa de juros nos EUA não subiu significativamente. Um fenômeno relativamente similar ocorreu na Europa, com as taxas de juros na Zona do Euro tendo permanecido relativamente baixas na última década. No Japão, a situação torna-se mais crítica à medida que o país luta para evitar um aprofundamento do processo deflacionário na sua economia.

Algo um tanto parecido ocorreu na economia brasileira ao longo das últimas décadas. Após a implementação do real, em junho de 1994, a taxa de juros brasileira permaneceu em um patamar relativamente elevado na segunda metade daquela década. Isso foi decorrência da necessidade de manter a atratividade de capitais externos, por conta do regime cambial à época, em face de uma sequência de crises nas economias emergentes (crise do México, crise da Ásia e crise da Rússia). Após o abandono da âncora cambial em janeiro de 1999 e a adoção do regime de metas para inflação em meados daquele ano, a taxa de juros brasileira caiu. No entanto, ela ainda permaneceu em um patamar relativamente superior ao verificado no resto do mundo.

O diferencial de juros existente entre a economia brasileira e o resto do mundo tornou o País cada vez mais atrativo em termos de investimentos em renda fixa. Com isso, o ingresso de moeda estrangeira destinada a esse tipo de investimento tornou-se cada vez maior, condicionando, em boa medida, o movimento de apreciação da moeda brasileira entre 2005 e 2011.

A política monetária praticada no governo Dilma trouxe a taxa de juros a patamares mais baixos, mas a custo de tolerar níveis de inflação cada vez mais elevados. O resultado final dessa política foi uma aceleração da inflação, que atingiu o patamar de mais de 10% em 2015. Como consequência, o governo Temer teve de elevar os juros para lidar com a alta da inflação, levando a um aprofundamento da recessão naquele período. Uma vez tendo sido controlado o processo inflacionário, o Banco Central do Brasil (BCB) iniciou um processo de redução da taxa básica de juros. Desde 2016, a taxa Selic caiu, sistematicamente, de 14,25% a.a. para os atuais 2,00% a.a.

Um fenômeno evidenciado nesse processo – observado em vários países – é que, mesmo com a prática de juros mais baixos, a inflação não deu mostras de subir significativamente. Isso ocorreu em anos recentes mesmo com a queda da taxa de desemprego, como foi observado nos EUA. Isso sugere que mudanças estruturais nas economias ocorreram ao longo das últimas décadas, agindo sobre as relações convencionais estabelecidas entre a dinâmica do mercado de trabalho e a alta dos preços.

A pandemia trouxe novos contornos a esse quadro ao provocar uma brutal retração da demanda agregada e gerar um ambiente recessivo nas economias ao redor do mundo. A reação dos Bancos Centrais a esse cenário foi afrouxar ainda mais a política monetária, levando a taxa de juros a patamares baixíssimos e sinalizando que ela permanecerá nesse nível por um bom tempo.

A realidade dos fatos mostra que esse tipo de ação, embora acertada do ponto de vista da lógica da política econômica, tenha, talvez, atingido o seu limite. Isso decorre do fato de que, mesmo com a queda das taxas de juros, a reação da demanda tem sido relativamente moderada nas economias. O fato de os juros estarem em um patamar baixo sugere que não há muito mais espaço para estímulos pela via da política monetária. Isso tende a ser particularmente verdade em um contexto em que os agentes econômicos (famílias, empresas e Governo) estão mais endividados.

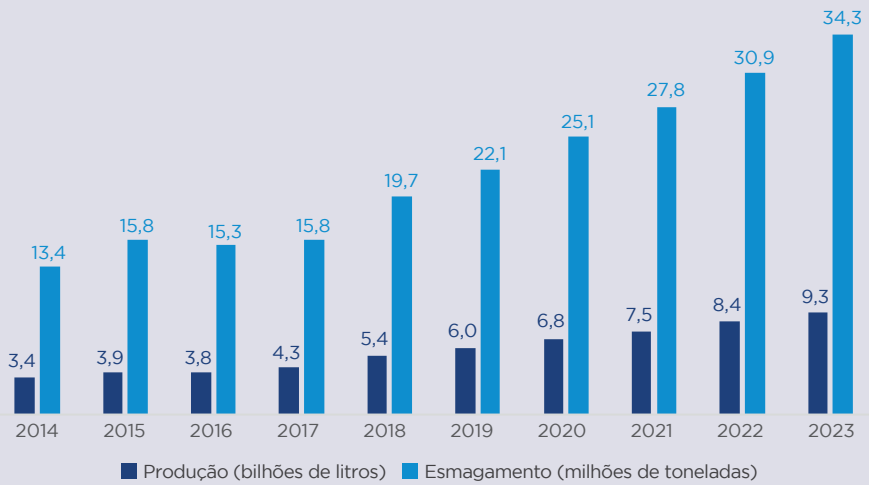
Esses elementos sugerem que o protagonismo da recuperação econômica recai sobre a política fiscal. De fato, as ações dos governos ao redor do mundo no campo fiscal evitaram que os efeitos da pandemia sobre as economias se tornassem mais agudos. Sem sombra de dúvida, as ações do governo brasileiro durante a pandemia (auxílio emergencial, liberações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – etc.) foram fundamentais para evitar um desastre maior sobre a nossa economia.

O ponto central nessa discussão é que a política fiscal, assim como a política monetária, também tem os seus limites, que são dados pela sua capacidade de endividamento. Fatalmente, essa temática entrará na pauta de discussões em algum momento mais adiante. ■

AJUSTAMENTO PARA MENOS NA MISTURA DE BIODIESEL

Os anos recentes, de enormes quantidades exportadas de soja em grão pelo Brasil, concidiram com o aumento da mistura de biodiesel no diesel, que passou de 6% (B6) para 12% (B12) entre 2014 e 2020. Como a situação da oferta ficou apertada, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) teve até de baixar a mistura para 10% (B10) durante os meses de setembro e outubro deste ano. A cada 1% de aumento na mistura, exigem-se mais 570 mil toneladas de óleo de soja ou 3 milhões de soja em grão esmagado. A meta é chegar à mistura de 15% (B15) em 2023. Atualmente, o custo de produção do barril de óleo de soja é quase o dobro do custo do diesel de petróleo.

BRASIL: PRODUÇÃO DE BIODIESEL E ESMAGAMENTO DE SOJA EM GRÃO



Fonte: ANP

CONTRATOS FUTUROS DE SUÍNOS NA CHINA

A organização do mercado de suínos está com um projeto de reformulação e planejamento moderno na Bolsa de Mercadorias de Dalian (DCE, na sigla em inglês). O projeto visa estabelecer regras para o lançamento de contratos futuros para precificação e cobertura de risco dos agentes da cadeia produtiva. Os surtos de peste suína africana no país que se deram desde 2018 interromperam o fornecimento regular de animais. Na suinocultura chinesa, o abate anual estava em torno de 700 milhões de cabeças, com a produção em torno de 50 milhões de toneladas. Os passos são desafiadores, pois envolvem dar racionalidade à complexa logística de entrega da matéria-prima, melhorar os padrões de controle da qualidade e implantar um sistema para evitar grandes volatilidades nos preços.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Banco Central do Brasil (BCB) lançou um conjunto de ações de responsabilidade socioambiental. A agenda institucional inclui campanhas internas de conscientização ambiental e a incorporação de cenários de riscos climáticos. Para as instituições financeiras, serão disponibilizadas linhas financeiras de liquidez sustentáveis. Também serão emitidas informações da Força-tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD, na sigla em inglês), voltadas aos impactos financeiros das mudanças climáticas. Está prevista, ainda, a elaboração de um relatório anual de riscos socioambientais.

SOLUÇÃO DIGITAL PARA BAIXA RENDA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) anunciou uma parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Michael Kremer, um dos vencedores do Prêmio Nobel de Economia de 2019. O projeto visa levar extensão rural por meio de celulares para 200 mil pequenos produtores rurais do Nordeste no prazo de dois anos. Serão transferidas orientações técnicas sobre pragas, colheitas, boas práticas e saúde animal. A meta é chegar a até 1 milhão de agricultores atendidos na região, principalmente criadores de ovinos e de caprinos, além de produtores de milho e de feijão.

INFLAÇÃO DE ALIMENTOS É TEMPORÁRIA E SEM DISSEMINAÇÃO

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

A elevação do preço dos alimentos é algo que pode trazer desconforto para os domicílios, porém, em geral, trata-se de choques temporários. É uma inflação que deve se dissipar nos próximos meses e que não deve mudar a atual política de juros do Banco Central do Brasil (BCB).

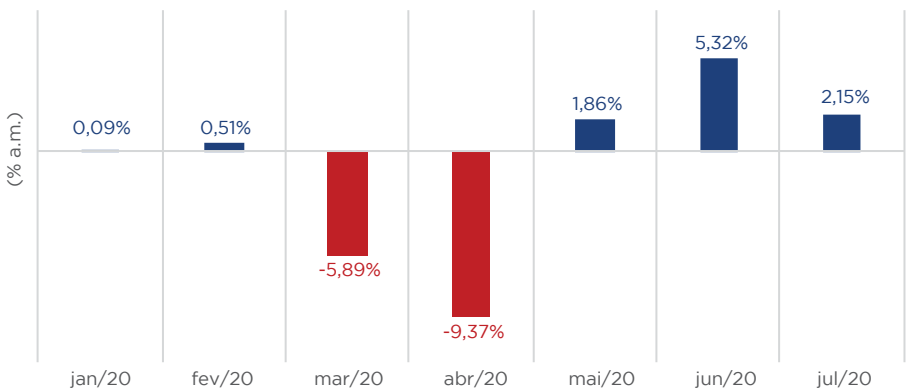
CERTAMENTE, A inflação de alimentos foi um dos temas mais discutidos ao longo de setembro. De fato, nos últimos doze meses, enquanto a inflação geral medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma alta de 2,4%; os alimentos ficaram, em média, 8,8% mais caros. Há vários fatores que explicam essa forte elevação do preço dos alimentos, entre eles:

- Demanda mais aquecida no mercado doméstico devido aos programas de transferência de renda, com especial destaque para o auxílio emergencial;
- Elevação das cotações das *commodities* agrícolas no mercado internacional, resultado tanto do início do processo de recuperação da economia mundial, quanto da recomposição dos estoques de alimentos em alguns países;
- Exportações agropecuárias brasileiras mais aquecidas, pressionando os preços no mercado interno;
- Dólar mais caro no mercado cambial brasileiro.

MERCADO INTERNO DE ALIMENTOS AQUECIDO

No momento em que este artigo é escrito, já é possível afirmar com segurança que a economia brasileira tecnicamente já saiu da recessão. Os números do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) deixam evidente que a economia brasileira tem crescido há pelo menos três meses consecutivos, desde que registrou o fundo do seu poço em abril. É importante explicitar que, apesar dessa recuperação, a economia brasileira ainda opera em um nível bem inferior ao período pré-pandemia e que deverá encerrar o ano menor do que era em 2019 – de acordo com a mediana das projeções da pesquisa Focus, do BCB, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá contrair-se em torno de 5% neste ano.

IBC-BR: VARIAÇÃO MENSAL (% A.M.) COM AJUSTE SAZONAL



Fonte: BCB

Por trás desse processo de recuperação, merecem destaque as políticas de transferência de renda adotadas pelo governo federal, notadamente o auxílio financeiro emergencial. De acordo com a previsão orçamentária da Secretaria Especial da Fazenda, do Ministério da Economia (ME), o volume de recursos alocados com medidas socioeconômicas deve somar R$ 382,9 bilhões até o final do ano. Desse montante, o auxílio emergencial deve responder sozinho por R$ 254,2 bilhões, atendendo mais de 65 milhões de pessoas.

Esse expressivo volume de recursos tem aquecido o mercado interno para alguns produtos, entre eles os alimentos. De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro

de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a produção de produtos alimentícios já acumula uma alta de 4,9% em 2020 (entre janeiro e julho). Ou seja, apesar da pandemia, a produção desse setor da agroindústria deve registrar uma expansão robusta neste ano.

DÓLAR ALTO, RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL E RECOMPOSIÇÃO DOS ESTOQUES = EXPORTAÇÕES AQUECIDAS

De acordo com os números da pesquisa "Desempenho Comercial do Agronegócio", do FGV Agro, as exportações do universo agro brasileiro já acumulam uma alta de 6,5% neste ano (entre janeiro e agosto). Considerando apenas os produtos agropecuários (ou seja, deixando de lado os produtos agroindustriais), essa expansão já supera 15,1%.

As exportações do agronegócio brasileiro estão aquecidas por diversos motivos:

- Mesmo com todas as turbulências causadas pela pandemia, o universo agro nacional apresentou uma grande resiliência e conseguiu abastecer tanto o mercado interno, quanto os compradores externos, sem qualquer interrupção relevante. Enquanto alguns importantes países exportadores de alimentos tiveram problemas ao longo de seu processo produtivo ou decidiram reter exportações, o agro brasileiro operou normalmente, inclusive suprindo mercados que outros países deixaram de atender.

- Os mercados de *commodities* agrícolas também foram pressionados pela decisão de alguns países – notadamente, no Leste Asiático e no Oriente Médio – de reforçar seus estoques de alimentos.

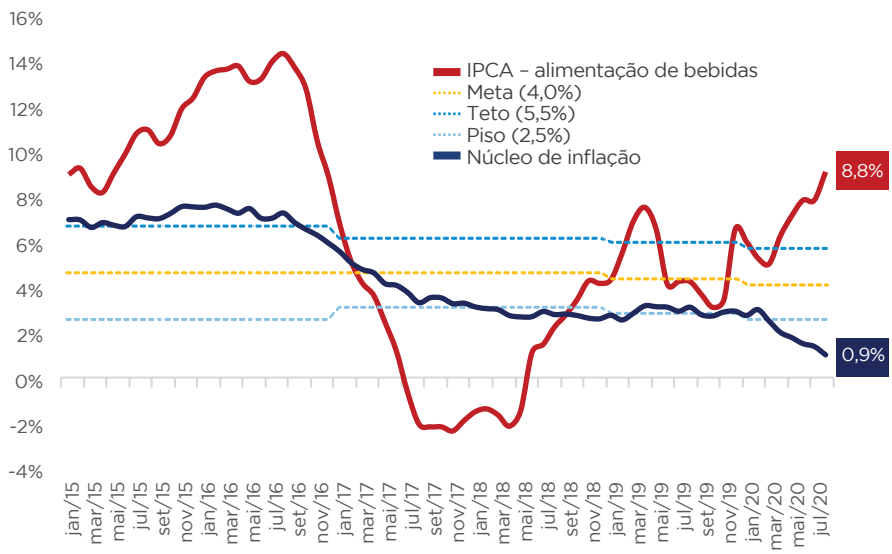
- Essa decisão, combinada à recuperação econômica mundial, levou a um aumento da demanda por alimentos e, consequentemente, uma elevação na média das cotações das *commodities* agrícolas em suas principais praças internacionais.

Por si só, esse mercado internacional mais aquecido já seria um ambiente favorável para as exportações agropecuárias brasileiras. Porém, essa conjuntura foi amplificada pela depreciação do real em relação ao dólar, o que, por um lado, torna os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional e, por outro, eleva o preço de diversos alimentos no mercado doméstico, adicionando fôlego à inflação de alimentos.

ATÉ O MOMENTO, A INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS É UM FENÔMENO LOCALIZADO

Seguramente, uma inflação dos alimentos pode gerar desconforto junto aos domicílios. Porém, a elevação dos preços dos alimentos, em geral, é um fenômeno temporário que resulta de algum desequilíbrio de oferta e demanda ou de um choque cambial. Ou seja, em alguns meses, o preço dos alimentos deve ceder, como já foi visto várias vezes. Por exemplo, a inflação dos alimentos chegou a dois dígitos entre 2015 e 2016, cedendo em 2017 e operando em patamares negativos até a greve dos caminhoneiros, em 2018. Além disso, vale ressaltar que, até o momento, a alta dos preços dos alimentos não contaminou o preço de outros setores. Enquanto, nos últimos doze meses, a inflação de alimentos já acumula uma alta de 8,8%, o núcleo da inflação medida pelo IPCA (isto é, a inflação sem alimentos e preços administrados) desacelera e acumula uma expansão de apenas 0,9%. Logo, se esse quadro se mantiver, não deverá haver qualquer alteração na política de juros do BCB. ■

IPCA: INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS *VERSUS* NÚCLEO DA INFLAÇÃO
(VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES – % A.A.)



Fonte: BCB

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

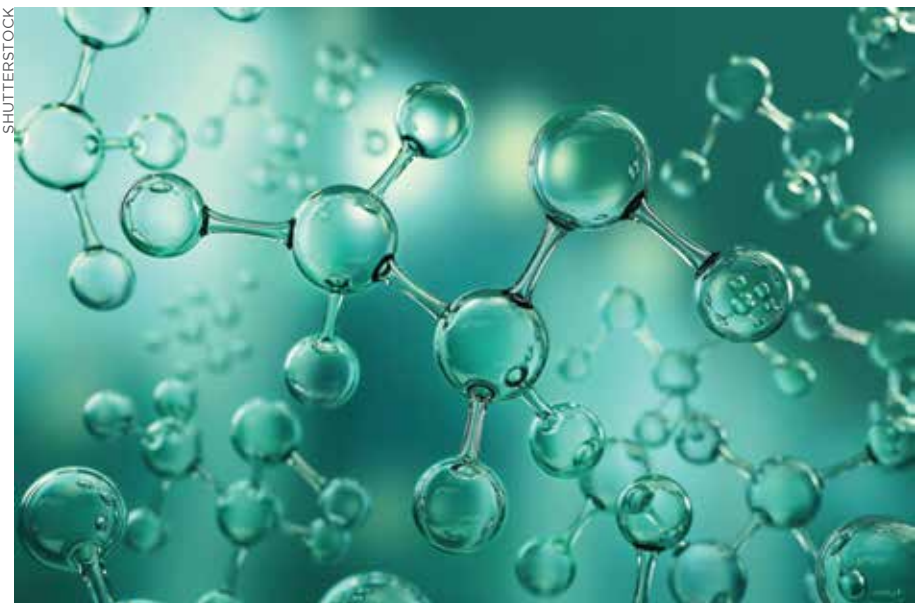
2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA MATRIZ DE COMBUSTÍVEIS

PLINIO M. NASTARI*

A aposta no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro mostra os seus resultados. Hoje, a matriz brasileira de combustíveis renováveis destaca-se pelos seus benefícios sociais, econômicos e ambientais. Ocupando apenas 0,7% do território brasileiro com a produção de cana-de-açúcar, o setor mantém mais de 3 milhões de empregos, diretos e indiretos. Nos centros urbanos, o etanol, reconhecidamente, contribui para a redução da poluição do ar, amenizando complicações causadas pela COVID-19.

A CANA-DE-AÇÚCAR, cultura agrícola mais antiga do País, é a segunda fonte energética mais importante, respondendo por 18,0% da oferta total de energia primária, atrás apenas dos derivados de petróleo (34,4%) e à frente da energia hidráulica (12,4%). A produção de etanol de cana-de-açúcar, que ocupa apenas 0,7% do território brasileiro, produz combustível suficiente para substituir 46% de toda a gasolina vendida no País (2019). Isso é possível por meio: da mistura do etanol anidro à gasolina na proporção de 27% do volume; e do seu uso como combustível único, na forma de etanol hidratado, em veículos *flex-fuel*, que respondem por mais de 80% da frota de veículos leves. Gasool e etanol hidratado puro são vendidos em mais de 41.700 postos de combustível, onde os consumidores selecionam o combustível com base em preços de mercado livremente determinados. O objetivo de muitos países de obter misturas mais elevadas de etanol na gasolina é uma realidade no Brasil desde o final da década de 1970. O biodiesel é misturado ao óleo diesel à taxa de 12%, com projeção de aumento para 15% até 2023.



SHUTTERSTOCK

Os benefícios sociais, econômicos e ambientais da matriz brasileira de combustíveis renováveis por meio dos biocombustíveis são de longo alcance. A cana-de-açúcar intensificou e capitalizou a agricultura para a produção de outras culturas em rotação e paralela a ela. Envolve 870.000 empregos diretos e 2,5 milhões de indiretos e, desde 1975, acumulou uma economia de 3,15 bilhões de barris na importação de gasolina, com um valor estimado de US$ 540 bilhões, incluindo os juros sobre a dívida externa evitada. Essa é uma conquista significativa considerando que as reservas provadas de petróleo e gás do Brasil totalizam 15,2 bilhões de barris, incluindo o pré-sal.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas cidades onde se cultiva a cana-de-açúcar é cada vez mais alto, devido à geração de empregos descentralizados e à economia circular que gera. Estudos indicam que a renda *per capita* aumenta US$ 1.100 nas cidades onde estão localizadas as usinas de cana-de-açúcar e US$ 400 nas cidades próximas.

A poluição do ar melhorou significativamente, pois o etanol substitui o chumbo tetraetila e os aromáticos cancerígenos gerados pela gasolina. Em vez de formaldeídos formados na combustão da gasolina, o etanol gera acetaldeídos, que são muito menos tóxicos. Os compostos

orgânicos voláteis da combustão do etanol são menos reativos do que os gerados pela gasolina, reduzindo a formação de poluentes secundários. Além disso, o etanol e o biodiesel não geram material particulado, em especial o material particulado fino (MP2,5), que está diretamente ligado a doenças respiratórias de importância específica nos tempos atuais de pandemia. Um estudo recente conduzido pela School of Public Health, da Harvard University T.H. Chan, encontrou uma correlação significativa entre a poluição do ar, medida como material particulado, e as implicações para a saúde relacionadas à contaminação pela COVID-19.

PAÍS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

O Brasil é uma potência agrícola não só na produção de alimentos, mas também na produção de bioenergia. Desde a década de 1970, quando o País ainda era um importador líquido de alimentos, processos de produção sustentáveis desenvolvidos por meio de extensas pesquisas permitiram o desenvolvimento de práticas agrícolas que aumentaram significativamente a produtividade. Sistema de plantio direto, rotação de culturas dupla e tripla no mesmo ano, recuperação de pastagens degradadas, fixação biológica de nitrogênio e sistemas integrados lavoura-pecuária-silvicultura são alguns dos novos métodos por trás do aumento de 385% na produção com apenas 32% de aumento na área cultivada dedicada à agricultura durante os últimos quarenta anos. Com o Código Florestal mais avançado e rigoroso do Planeta, que exige que os agricultores preservem de 20% a 80% das terras de suas propriedades, as lavouras utilizam apenas 7,8% e preservam 25,6% do território brasileiro. No total, 66,3% do território brasileiro está preservado em áreas privadas, Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs) e vegetação nativa em terras devolvidas.

BOM AO MEIO AMBIENTE

Os biocombustíveis estão no centro da estratégia do Brasil para as energias renováveis em transporte e mobilidade sustentável, integrando uma fonte de energia de baixo carbono que promove empregos e renda usando a experiência e o potencial existentes, com a mais avançada tecnologia automotiva.

Considerando a avaliação completa sob o conceito "poço a roda", os veículos com motor de combustão interna a etanol emitem apenas 58 gramas de gás carbônico equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km). Os veículos elétricos a etanol, por meio de híbridos lançados no mercado em setembro de 2019, estão emitindo 29 g CO_2 eq./km, muito menos do que os veículos elétricos a bateria vendidos na União Europeia (UE), com 92 g CO_2 eq./km, ou os híbridos a gasolina com etanol zero, de 122 g CO_2 eq./km. A mistura de etanol e gasolina em uso no Brasil produz emissões médias de 87 g CO_2 eq./km, indicando que o etanol proporciona sustentabilidade e longevidade para o uso de combustíveis tradicionais, utilizando o sistema de distribuição de combustíveis existente. Isso é relevante porque a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão de planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME), concluiu que são necessários investimentos de US$ 210 bilhões a US$ 330 bilhões para instalar uma rede inteligente para recarga de baterias, sem falar nos custos econômicos e ambientais associados à produção e à descarga de baterias.

O uso de baterias não deve ser confundido com eletrificação. A tecnologia da bateria é apenas uma opção para armazenamento de energia. A fonte de energia e as implicações ambientais e econômicas da sua geração, do seu armazenamento e da sua distribuição são os assuntos relevantes. Mas o fato é que as baterias têm uma densidade de energia relativamente baixa, na faixa de 150 a 200 watts-hora por quilo (Wh/kg), enquanto a meta da indústria é atingir 330 Wh/kg, e novas tecnologias e materiais podem permitir que cheguem, um dia, a até 700 ou 900 Wh/kg. Em comparação, a densidade de energia do etanol é de 6.200 Wh/kg. A baixa densidade de energia das baterias determina o alcance limitado e o alto custo dos veículos elétricos a bateria.

Em vez de baterias, a visão do Brasil para a mobilidade sustentável é baseada no uso de combustíveis de alta densidade energética e baixo teor de carbono, como etanol, biodiesel e biometano, usados isoladamente ou em associação a combustíveis tradicionais. O alto teor de hidrogênio do etanol significa que o atual sistema de distribuição de combustível é, na verdade, um sistema de distribuição de hidrogênio. O etanol é "hidrogênio no balde", acessível, econômico e ambientalmente correto para produzir, armazenar e distribuir energia.

Com base nessa experiência, o Brasil desenvolveu uma nova estrutura regulatória – a nova Política Nacional de Biocombustíveis, ou RenovaBio. Essa nova regulação aproveita a alta densidade de energia do etanol, evita a armadilha da eletricidade de origem fóssil, considera a eletrificação com etanol como a opção de menor emissão de GEE, usa a infraestrutura de distribuição de combustível líquido existente, evita preocupações com a disponibilidade e a origem de lítio e cobalto, a vida útil e o descarte de baterias e a poluição que gera e é a opção que promove desenvolvimento (emprego e renda) e, simultaneamente, integra objetivos de políticas públicas energéticas, agrícolas, industriais e ambientais. Projetado no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e promulgado em lei em dezembro de 2017, o RenovaBio é uma estratégia relevante para reforçar a política para biocombustíveis e o cumprimento dos compromissos do Brasil firmados no Acordo de Paris, que está chegando à plena implementação em 2020. ■

*Presidente da DATAGRO

CANA-DE-AÇÚCAR COMO FONTE DE BIOPRODUTOS NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

JOÃO RICARDO M. DE ALMEIDA[1], PATRÍCIA ABRÃO DE OLIVEIRA MOLINARI[2]

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil não está tendo problemas para manter o suprimento de etanol. O agronegócio fornece mais de 75% da composição do álcool em gel. Pelo fato de ser referência na produção de cana-de-açúcar, o País demonstra vantagem competitiva também para a produção de bioprodutos.

A PANDEMIA de COVID-19 tem impactado o mundo em vários aspectos, e o modo como vivemos e interagimos mudou drasticamente. No Brasil, rapidamente, como foi incorporado o hábito da utilização constante de álcool em gel na antissepsia das mãos, a busca por esse produto gerou escassez e aumento de preços no mercado.

A formulação de álcool em gel recomendada no Formulário Nacional da Farmacopeia Brasileira consiste em etanol 96 ºGL, carbômero (espessante), trietanolamina (neutralizante) e água. De acordo com essa fórmula, podemos afirmar que o agronegócio brasileiro contribui com mais de 75% da composição final do álcool em gel. A grande produção de cana-de-açúcar no Brasil tem permitido uma maior segurança no combate à pandemia, pois a antissepsia da pele com álcool 70% é eficaz contra vírus envelopados, como o H1N1 e o novo coronavírus.



SHUTTERSTOCK

Então, cabe a seguinte pergunta: por que houve falta de álcool em gel no mercado brasileiro? A resposta está, essencialmente, na escassez de carbômero, nome comercial do ácido poliacrílico, um polímero formado a partir do ácido acrílico. Além do carbômero, a falta de embalagens plásticas e, até mesmo, de etanol também contribuiu para a ausência de álcool em gel no mercado, deixando evidente o desafio global para bioprodutos.

Apesar de ser utilizado em pequena quantidade, o carbômero é um ingrediente espessante amplamente utilizado para formulações em gel e que confere as características desejáveis para o álcool em gel: estabilidade, adequada viscosidade, boa espalhabilidade, baixa pegajosidade e retardo na evaporação do produto.

IMPACTO DA ESCASSEZ DE CARBÔMERO

A escassez de carbômero foi bem grande no início da pandemia. Isso fez com que muitas indústrias lançassem no

www.ubyfol.com

QUEM ATESTA A QUALIDADE UBYFOL **SÃO AS MELHORES INSTITUIÇÕES.**

A Ubyfol completa 35 anos com a certeza de atuar com excelência.

abisolo

ISO 9001 2015

ISO 14001 2015



Somos uma empresa familiar, apaixonada pelos princípios científicos da nutrição vegetal como forma de obter altas produtividades e saúde na lavoura. Uma atuação que vai além da vocação, para se tornar política de gestão e qualidade, assegurando à empresa os principais selos e certificações.

Na Ubyfol, o produtor rural pode confiar.

UBYFOL®
Excelência em Nutrição Vegetal

35 ANOS

NOSSA IDENTIDADE ESTÁ NO CAMPO.

mercado formulações alternativas, sem o carbômero ou com menor quantidade desse ingrediente. Tal movimento levou o consumidor a comprar produtos com viscosidade inadequada e alta sensação de pegajosidade.

O ácido acrílico, utilizado na produção de carbômero, é um monômero de origem petroquímica que, além de ser aplicado nas indústrias farmacêutica e de cosméticos, é ingrediente de diferentes polímeros usados na fabricação de adesivos, tintas, fraldas descartáveis, entre outros. No Brasil, a BASF, em Camaçari-BA, está produzindo um polímero para utilização na produção de álcool em gel.

Devido à demanda crescente por ácido acrílico, vários grupos de pesquisa no mundo têm procurado rotas alternativas para a sua produção, com os objetivos de atender a necessidade de fontes renováveis na produção de polímeros e reduzir a dependência do petróleo.

Diante dessa crise sanitária, o Brasil mantém-se em uma situação segura em relação ao suprimento de etanol, apoiando-se no legado deixado pelo Proálcool, que completou quarenta anos em 2019. Ao longo dos anos, o fato de ter se tornado referência no cultivo e no processamento de cana-de-açúcar coloca o País em posição de vantagem competitiva também para a produção de bioprodutos, como, por exemplo, o ácido acrílico e outros blocos construtores para polímeros.

A utilização da cana-de-açúcar como base para a produção de compostos químicos do tipo blocos construtores, biopolímeros e outros bioprodutos seria uma continuidade de todo o trabalho realizado desde o início do Proálcool. Assim como o petróleo é a fonte de diversos produtos utilizados no dia a dia, a cana-de-açúcar pode ter participação como fonte desses mesmos produtos.

A biotecnologia industrial procura aumentar, mediante bioprospecção, técnicas de melhoramento genético e outras, a gama de produtos de base biológica que podem ser sintetizados por meio de biotransformações com células íntegras, além dos metabólitos naturais. Os interesses científico e econômico nesse campo são crescentes, e exemplos de aplicações bem-sucedidas de microrganismos produtores de bioprodutos a partir de açúcares obtidos de fontes renováveis vêm aumentando consideravelmente (como se pode ver na tabela). Podemos citar, como exemplo, a produção de ácido lático, ácido succínico, fármacos e outras moléculas.

PANORAMA DE MERCADO PARA PRODUTOS-CHAVE OBTIDOS POR FERMENTAÇÃO NOS HORIZONTES DE 2013 E 2020*

CATEGORIA	Tamanho do mercado em 2013		2020
	Milhões de toneladas	US$ bilhões	Crescimento % (CAGR*)
Álcoois	99,8	110,0	4,4
Aminoácidos	7,1	11,0	5,6
Ácidos orgânicos	2,9	3,5	8,8
Polímeros	0,2	0,6	13,5
Vitaminas	0,2	0,7	2,6
Antibióticos	0,2	0,8	4,0
Enzimas industriais	0,1	0,3	8,0
TOTAL	**110,5**	**126,9**	**4,6**

*CAGR: taxa de crescimento anual em US$
Fonte: adaptado de Deloitte (2014)

DIVERSIFICAÇÃO DAS BIOMASSAS PARA A INDÚSTRIA

A Embrapa Agroenergia promove a agricultura e a bioeconomia brasileiras tanto no mercado interno, quanto no internacional, por meio de ações de pesquisa e desenvolvimento. Os projetos de pesquisa têm uma forte conexão com a agroindústria, buscando provê-la com matérias-primas mais eficientes para o processamento industrial – tais como novas variedades de cana-de-açúcar – e processos produtivos inovadores e sustentáveis – para a geração de biocombustíveis e produtos químicos de origem renovável.

Nesse sentido, a agroenergia vem desenvolvendo diferentes projetos com o objetivo de produzir ácidos orgânicos e outros compostos a partir de fontes renováveis para a utilização em diferentes indústrias, incluindo a de cosméticos, a farmacêutica e a têxtil.

A busca pela diversificação de biomassas para a indústria brasileira traz oportunidades de ganho para o País tanto por questões estratégicas de segurança, quanto por questões de sustentabilidade. Da mesma forma, o desenvolvimento da biotecnologia industrial possibilita a agregação de valor às nossas matérias-primas, permitindo a produção de bioprodutos já conhecidos no mercado e novas moléculas de interesses econômico, ambiental e social. O momento atual é de grande oportunidade para uma ação conjunta entre as instituições de pesquisa e os setores agrícola e industrial que esteja voltada ao estabelecimento de uma plataforma de pesquisa sólida em bioeconomia. ■

1 Pesquisador da Embrapa Agroenergia
2 Pesquisadora da Embrapa Agroenergia

NORDESTE: NOVO POLO PRODUTOR DE MILHO NO BRASIL?

FERNANDO HENRIQUE SCHWANKE
Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAF/MAPA)

AUGUSTO MORAES
Diretor de Relações Institucionais da Corteva Agriscience para a América Latina

O BRASIL é o terceiro maior produtor mundial de milho – os EUA são o primeiro e a China, o segundo – e, neste ano, mesmo diante das dificuldades enfrentadas com a pandemia do novo coronavírus, deve bater um novo recorde de produção. Por aqui, o cultivo do grão, que é considerado uma das mais importantes e antigas culturas agrícolas, está concentrado nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. No Nordeste, especialmente pelas suas características climáticas, o plantio de milho é historicamente pouco explorado pela agricultura de larga escala. O fato é que há uma boa oportunidade para transformar esse cenário, por meio de pesquisa e desenvolvimento na área de sementes e da capacitação de pequenos agricultores da região.

A confirmação recente – há pouco mais de três anos – de que sementes híbridas de milho respondem com alta produtividade às condições climáticas e agronômicas do Semiárido e da Zona da Mata nordestinos foi um salto importantíssimo, pois rompeu a barreira tecnológica e trouxe uma visão otimista, capaz de transformar a região em um novo polo produtor do grão. Nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, há milhares de produtores atuando na agricultura familiar. O milho pode significar prosperidade para essas famílias, além de transformar a realidade da cadeia de valor agrícola de toda a região.

O Nordeste tem uma grande demanda por milho, impulsionada, principalmente, pelas indústrias pecuária, aviária e alimentícia. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 e estimativas de associações locais, os cinco estados citados consomem mais de 6 milhões de toneladas por ano, enquanto a produção local é de 890 mil toneladas atualmente. Isso faz com que o preço do grão de milho seja um dos mais altos do Brasil nesses estados. A disponibilidade de área para o plantio e a infraestrutura logística – com portos preparados para o escoamento do excedente de produção – também são algumas das vantagens da região.

Diante disso, o próximo passo para transformar o Nordeste em um grande produtor de milho está na capacitação e na tecnificação do agricultor local, principalmente o produtor da agricultura familiar, tão representativa e importante em todo o Brasil. Nessa etapa, o apoio e a participação de todos os elos da cadeia de produção são fundamentais. O MAPA e a iniciativa privada têm realizado esforços nesse sentido, e já há resultados que podem ser vistos e

RESULTADOS DA FASE-PILOTO DO PROSPERA: PRODUTIVIDADE MÉDIA
(SACOS POR HECTARE)



*Nível recorde registrado de produtividade na região em 2019
Fonte: Prospera/Corteva Agriscience

que confirmam o potencial da região para o plantio do grão em larga escala e com alta produtividade.

O Prospera, programa criado pela Corteva Agriscience em 2017 e que conta com o apoio do MAPA, por exemplo, apoia pequenos produtores rurais, estudantes e profissionais da agricultura no Nordeste oferecendo capacitação técnica e viabilizando o acesso a insumos, serviços e práticas de gestão, além de apoio na comercialização do grão. Mais de mil produtores já participaram do programa e, ao adotarem híbridos e melhores práticas de manejo e gestão, viram a produtividade e a rentabilidade de suas lavouras darem saltos inimagináveis para a região.

Aspirando à transformação da vida dos agricultores que passam pelo programa e à criação de um novo mercado de milho na região, o Prospera está expandindo o alcance das suas ações e busca a participação de empresas e organizações que representem os demais elos da cadeia produtiva. O objetivo é incluir entre 50 mil e 100 mil pequenos produtores num modelo de agricultura moderna nos próximos cinco anos.

Por parte do Governo, o programa AgroNordeste, lançado em outubro de 2019 pela ministra do MAPA, Tereza Cristina, veio para apoiar a organização das cadeias agropecuárias, além de ampliar e diversificar os canais de comercialização. Ao todo, 230 municípios dos nove estados do Nordeste e de Minas Gerais fazem parte da iniciativa.

Além disso, reconhecendo a importância da experiência prática para os futuros profissionais do campo, a SAF lançou, em junho deste ano, o primeiro edital para selecionar projetos de instituições interessadas em participar do Programa de Residência Profissional Agrícola (AgroResidência). O objetivo da iniciativa é fomentar a qualificação técnica de estudantes por meio de treinamento prático, supervisionado e orientado.

O AgroResidência será implementado em todo o Brasil e vem também ao encontro das necessidades do Nordeste, que receberá a maior parte dos recursos. A participação de instituições de ensino, o foco no fomento à pesquisa e a formação de profissionais são elementos fundamentais do Programa e essenciais na busca pelo desenvolvimento sustentável da agricultura local.

Com esse conjunto de ações da iniciativa privada e do Governo, rompendo barreiras tecnológicas e disseminando práticas de gestão, é totalmente possível levar o Nordeste ao posto de polo produtor de milho. Soma-se a isso a capilaridade da agricultura familiar, que já provou a sua força e eficácia no desenvolvimento econômico e social sustentável do meio rural no nosso País. ■

SHUTTERSTOCK



OS JUROS DO CRÉDITO RURAL PRECISAM BAIXAR

DA REDAÇÃO

A análise da composição da taxa de juros oferecida no Plano Safra 2020/2021 e a comparação com as taxas de outros países mostram que os juros no Brasil continuam muito altos.

É BASTANTE ilustrativa a excelente entrevista concedida por Wilson Vaz de Araújo, diretor de Crédito da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA), na edição de setembro da ***Agroanalysis***.

É muito importante esclarecer bem aos produtores rurais a questão do crédito rural. O subsídio ao crédito rural não existe mais. Isso não quer dizer que não haja mais apoio ao setor. Esse apoio acontece na forma de taxas de juros preferenciais, abaixo das taxas de mercado, mas não subsidiadas.

A definição mais pura de taxa de juros subsidiada é: aquela que deve ficar abaixo da inflação. Pode-se considerar, ainda, uma outra definição mais flexível de taxa subsidiada: aquela concedida abaixo da taxa de captação dos bancos, ou seja, o Governo subvenciona a diferença.

Na entrevista de Wilson de Araújo, a definição de taxa subsidiada refere-se a taxas abaixo das livres de mercado. Esse ponto merece discussão, pois, sem dúvida, o Governo garante taxas preferenciais ao setor, mas não mais subsidiadas. Wilson de Araújo define o valor do subsídio como a diferença entre a taxa de crédito rural concedida e a taxa de captação dos bancos acrescida do famoso CAT (Custo Administrativo e Tributário dos bancos). Nesse ponto, aparece uma grande incógnita: o que compõe o CAT? Seria muito bom para a sociedade que o Ministério da Economia (ME) abrisse o CAT dos bancos. Segundo as informações do MAPA, sete bancos operam com recursos equalizados na safra 2020/21: BB, BNDES, Bancoob, Sicredi, Cresol, Banrinsul e BRDE. Desta forma, os recursos para o setor rural estarão nesses bancos e em 27,5% dos depósitos à vista dos demais bancos.

Vamos diretamente ao exemplo. Hoje, o custo de captação bancária é de no máximo 2,00% ao ano (a Selic, taxa básica da economia) e a menor taxa do crédito rural preferencial é de 2,75% a.a. (crédito de custeio para pequenos produtores que se enquadram no Pronaf[1]). Para os pequenos produtores, ainda existem recursos para custeio da produção a 4,00% a.a., e, para os grandes produtores, eles chegam a 6,00% a.a. Afinal, o CAT aumenta tanto assim o custo de captação dos bancos?

Essa questão precisa ficar muito clara, uma vez que os produtores não estão



SHUTTERSTOCK

PAÍSES SELECIONADOS: INFLAÇÃO, TAXA BÁSICA DE JUROS, TAXA DE CAPTAÇÃO E TAXA DE JUROS DO CRÉDITO RURAL

PAÍS	Inflação (% a.a.) em junho de 2020	Taxa básica de juros (% a.a.) em julho de 2020	Taxa de captação (% a.a.) entre dezembro de 2019 e agosto de 2020	Taxa de juros do crédito rural (% a.a.)
Brasil	2,13%	2,25%	1,33%	2,75% a 7,50%*
Alemanha	0,85%	-0,46%	-0,50%	2,00% a 3,00%**
França	0,20%	-0,46%	-0,50%	1,98% a 2,57%**
Portugal	0,13%	-0,46%	-0,50%	3,00% a 4,25%**
Estados Unidos	0,65%	0,09%	–	1,375% a 2,375%**

*2020; **2019
Fonte: OCDE; Banco Mundial; fi-compass; European Commission; European Investment Bank

habituados a pagar taxas de juros reais de 5,00% ou 6,00% a.a. (a taxa de juros do Moderfrota[2] mais alta foi anunciada em 7,50% a.a.). Para os sojicultores, com ganhos excelentes previstos para a safra atual, será mais fácil pagar os empréstimos, mas, talvez, outros produtores tenham problemas.

Além disso, em um momento em que a discussão de déficit fiscal está na mesa, seria muito positivo que o ME esclarecesse como chegou à estimativa de R$ 11,5 bilhões de subsídios ao setor rural com as taxas do Plano Safra atual.

No caso dos recursos de crédito provenientes dos 27,5% dos depósitos à vista, podemos perceber o grande ganho dos bancos, porque o custo de tais depósitos é igual ao resultado da soma da inflação e do CAT. Portanto, uma boa explicação sobre o CAT se faz necessária.

Concluindo, as taxas de juros do crédito rural do atual Plano Safra são preferenciais sim, mas não são mais subsidiadas. No caso do seguro rural, pode haver algum subsídio, mas, mesmo nesse caso, a forma de aplicação desse subsídio precisa ser esclarecida.

Ainda com a Selic e a inflação baixas, o crédito é caro, porque os bancos brasileiros são pouco competitivos. Por essa razão, as taxas de juros dos empréstimos são muito elevadas. Esse problema estrutural precisa ser resolvido algum dia. É muito difícil investir (aqui fazendo referência à economia como um todo) com esse nível elevado de taxas de juros. Com inflação menor do que 2,00% a.a., esse seria o custo dos depósitos à vista, além do obscuro CAT. Quando esse recurso se torna 6,00% a.a., não há como ignorar os grandes ganhos dos bancos.

O argumento muito utilizado é a alta inadimplência do setor. Os bons estariam pagando por aqueles que não pagam. Ora, é preciso ser mais criativo; melhorar a análise de crédito e criar um "Fundo de Seguro de Crédito", por exemplo. Nada – nada mesmo – justifica uma taxa de juros ao setor rural tão elevada.

A seguir, o exemplo de outros países confirma os comentários até aqui colocados.

CRÉDITO RURAL EM OUTROS PAÍSES

Em outros países, as informações sobre subsídios são mantidas sob sigilo absoluto em virtude das disputas internacionais sobre comércio, mas, com algum esforço, é possível constatar a enorme diferença que existe entre as taxas de juros do crédito rural do Brasil e as de outros países.

As taxas de juros para o crédito rural dos Estados Unidos são imbatíveis, variando de 1,375% a 2,375% a.a. Na Europa, em 2017, a maior taxa de juros foi de 6,22% a.a., sendo que a menor foi de 3,40% a.a. Em 2019, as taxas variavam, na Alemanha, de 2,00% a 3,00% a.a., na França, de 1,98% a 2,57% a.a. e, em Portugal, de 3,00% a 4,25% a.a.

O nosso agronegócio continua dando show e crescendo. Pode-se imaginar quanto mais ele não cresceria se as taxas de juros no Brasil fossem menores.

Por fim, há uma grande onda elogiando os financiamentos imobiliários, hoje na casa de 7,00% a 8,00% a.a. Em agosto último, foi lançado o Programa Casa Verde e Amarela, em que os juros variam de 4,25% a 8,16% a.a. Ora, nos países onde os bancos são mais competitivos, os juros dos créditos imobiliários estão ao redor de 2,50% a.a. Para evitar riscos de longo prazo, por que não colocar como teto a taxa Selic mais 2,00%, por exemplo? Assim, as taxas seriam de 4,00% a.a.

Outra vez, fica comprovada a ineficácia do sistema bancário brasileiro. Investimentos necessitam de taxas de juros reais mais baixas. Somente com um sistema financeiro mais eficaz, o Brasil poderá ter as taxas de crescimento necessárias para que possa se tornar um país desenvolvido. ■

1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

2 Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

Soluções BASF Algodão. Um portfólio completo para quem é 100% Algodão.



Quem dedica a vida ao algodão, precisa de um portfólio dedicado ao manejo eficiente desse cultivo. Cada produto BASF é desenvolvido com tecnologia de ponta para proteger sua lavoura e contribuir para que ela atinja o máximo potencial produtivo com alta qualidade de fibra.



0800 0192 500
BASF.AgroBrasil
BASF Agricultural Solutions
BASF.AgroBrasilOficial
agriculture.basf.com/br/pt.html
blogagro.basf.com.br

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

CONSULTE SEMPRE UM ENGENHEIRO-AGRÔNOMO. VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRONÔMICO.

CropLife BRASIL
www.croplifebrasil.org

Uso exclusivamente agrícola. Aplique somente as doses recomendadas. Descarte corretamente as embalagens e os restos de produtos. Incluir outros métodos de controle do programa do Manejo Integrado de Pragas (MIP) quando disponíveis e apropriados. Restrição temporária no estado do Paraná na cultura do Algodão: Standak® Top para os alvos *Colletotrichum gossypii, Fusarium oxysporum f.sp. vasinfectum* e *Lasiodiplodia theobromae,* Opera® Ultra para o alvo *Myrothecium roridum,* Fastac® 100 SC para o alvo *Heliothis virescens,* Poncho® para o alvo *Frankliniella schultzei* e Liberty® na cultura do Algodão LibertyLink®. Registro MAPA: Standak® Top nº 01209, Heat® nº 01013, Pix® HC nº 06400, Orkestra® SC nº 08813, Opera® Ultra nº 09310, Opera® nº 08601, Caramba® 90 nº 01601, Spot® SC nº 0516, Pirate® nº 05898, Nomolt® 150 nº 01393, Imunit® nº 08806, Fastac® 100 SC nº 04496, Fastac® Duo nº 10913, Liberty® nº 05409, Poncho® nº 07003, Votivo® Prime nº 32717, Poquer® nº 08510, Verismo® nº 18817, Prowl® H20 nº 05920 e Acronis® nº 4111.



PRODUTOS

SEMENTES

FiberMax®

TRATAMENTO DE SEMENTES

Standak® Top
Poncho®
Votivo® Prime
Acronis®

FUNGICIDAS

Spot® SC
Orkestra® SC
Opera® Ultra
Opera®
Caramba® 90

HERBICIDAS

Heat®
Poquer®
Liberty®
Prowl® H_2O

INSETICIDAS

Nomolt® 150
Pirate®
Fastac® Duo
Fastac® 100 SC
Imunit®
Verismo®

SERVIÇOS

Agroclima PRO BASF
App BASF Agro

REGULADOR DE CRESCIMENTO

Pix® HC



BASF na Agricultura.
Juntos pelo seu Legado.

BASF
We create chemistry


SHUTTERSTOCK

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO (ABRAPA)

CONHEÇA O PROGRAMA ALGODÃO BRASILEIRO RESPONSÁVEL (ABR)

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) foi criada em 7 de abril de 1999, tendo como propósitos garantir e incrementar a rentabilidade do setor por meio da união e da organização dos agentes e buscar a sustentabilidade estratégica. Possui uma atuação política, social e econômica junto aos setores público e privado, sendo fomentadora da melhoria da produção com responsabilidade social e ambiental.

A Better Cotton Initiative (BCI) é uma organização sem fins lucrativos criada em 2005, com sede em Genebra (Suíça) e com Conselho de Administração formado por executivos das principais marcas mundiais (Nike, adidas, Ralph Lauren, Levi's, H&M, entre várias outras). Os seus associados são entidades que representam produtores, marcas de confecção prestigiadas, varejistas, fornecedores e outros elos da cadeia econômica de algodão, além da sociedade civil.

A BCI preconiza a conscientização e a orientação dos cotonicultores, dos colaboradores e dos demais agentes da cadeia produtiva de algodão para a importância de relações trabalhistas justas e da responsabilidade socioambiental no campo. Essas ações são fundamentais para responder à demanda crescente, no mercado globalizado, pelo algodão produzido com a observância dos critérios corretos de sustentabilidade.

Desde 2013, o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) é uma certificação que atua em *benchmarking* com a BCI. Gerado pelas certificadoras credenciadas nos estados, o certificado ABR é enviado para a associação estadual, que, por sua vez, faz a entrega direta ao produtor. Os selos ABR são impressos pelas gráficas credenciadas no Sistema Abrapa de Identificação (SAI) mediante uma negociação direta com o produtor ou a unidade produtiva.

EXPRESSÃO NACIONAL DA COTONICULTURA

- Campeão mundial de produtividade no algodão em condições de sequeiro (que depende exclusivamente da água de chuva para a produção): tem índice 94% superior à média dos EUA, que são o segundo colocado no *ranking* global;
- Sustentável e competitivo ao mesmo tempo: na safra 2019/20, cerca de 92% da área cultivada com algodão foi de sequeiro, sendo apenas 8% irrigada;
- Maior fornecedor de algodão sustentável do mundo: responsável por 36% de toda a produção mundial certificada pela BCI.

PROTOCOLO DE CERTIFICAÇÃO

Esse protocolo envolve 178 itens dos principais requisitos das legislações nacional e internacional, divididos em oito critérios: (i) contrato de trabalho; (ii) proibição de trabalho infantil; (iii) proibição de trabalho análogo à escravidão ou em condições degradantes ou indignas; (iv) liberdade de associação sindical; (v) proibição de discriminação de pessoas; (vi) segurança do trabalho e saúde ocupacional; (vii) desempenho ambiental; e (viii) boas práticas agrícolas.

Oito das dez associações estaduais filiadas à Abrapa participam do programa ABR e da BCI, pertencentes aos seguintes estados: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Piauí.

Cada associação estadual possui um Departamento de Sustentabilidade, com engenheiros-agrônomos, técnicos agrícolas e técnicos de segurança do trabalho. As equipes são responsáveis por orientar as fazendas optantes pelo programa de sustentabilidade a partir de visitas de verificação, em que todos os itens sociais, ambientais e de boas práticas do protocolo são vistoriados um a um.

Para cada não conformidade, é elaborado um plano de ação em conjunto ao responsável da fazenda, e, apenas quando esse plano é concluído, a fazenda está liberada para a auditoria de terceira parte.

As auditorias são anuais, individuais e realizadas por empresas certificadoras de terceira parte, selecionadas pela Abrapa ano a ano. Para a safra 2019/20, as empresas certificadoras credenciadas são: a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Genesis Group e o Bureau Veritas.

NÚMEROS HISTÓRICOS DA SAFRA 2019/20

Na safra 2019/20, o programa ABR e a BCI certificaram 1,248 milhão de hectares, havendo previsão de produção de 2,246 milhões de toneladas de pluma. Esse volume, 8% superior ao realizado na safra 2018/19, representa um recorde. Novamente, o Brasil será o maior fornecedor mundial de algodão sustentável.

Como há um cenário positivo, a estimativa de produtividade e qualidade do produto poderá elevar-se ainda mais. Da produção nacional de algodão brasileira, 77% poderão ser certificados com os melhores padrões sociais, ambientais e econômicos.

Os dados consolidados estarão disponíveis a partir de dezembro próximo, quando todas as fazendas participantes do programa informarão as associações estaduais e a Abrapa sobre quantas toneladas efetivamente foram produzidas nas propriedades rurais e qual foi a produtividade alcançada.

Da BCI fazem parte 23 países, com produção de 5,630 milhões de toneladas de pluma de origem sustentável, o correspondente a 22% da produção mundial de algodão. A meta para 2020 é alcançar 30%. No mundo, há 2,3 milhões de produtores, sendo 2,1 milhões deles pequenos, com área inferior a 20 hectares.

PRODUÇÃO MUNDIAL CERTIFICADA PELA BCI

PAÍS	Mil toneladas	Participação %
Brasil	2.027	36,0
Paquistão	906	16,1
China	896	15,9
Índia	652	11,6
CmiA*	576	10,2
Estados Unidos	309	5,5
Austrália	92	1,6
Mali	65	1,2
Turquia	53	0,9
Outros	54	1,0
TOTAL	5.630	100,0

*Cotton made in Africa
Fonte: BCI

SHUTTERSTOCK



ESTIMATIVAS PARA A SAFRA 2020/21

Com os preços remuneradores para a soja e o milho, o cotonicultor decidiu plantar menos. Contra 1,6 milhão de hectares no ciclo anterior, haverá 1,4 milhão de hectares (-12%), com expectativa de produção de 2,5 milhão de toneladas de pluma (-13%), segundo a avaliação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CSAD/MAPA).

Para o presidente da Abrapa e da CSAD, Milton Garbugio, "o setor amargou um grande baque com a pandemia de COVID-19. Além do preço da *commodity*, em torno de US$ 0,65 por libra-peso, precisamos escoar a produção dentro e fora do Brasil. Os estoques mundiais deverão crescer em torno de 3%, enquanto a previsão interna dos estoques de passagem é de 422 mil toneladas para a safra 2020/21. Não adianta produzir muito e não vender a produção".



Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, "para este ano, a estimativa é de queda acumulada de 19,5% na produção e 19,0% nas vendas internas, com a perda de 79 mil empregos. Com relação a 2021, ainda com grandes incertezas, espera-se uma retomada na produção (8,10%), nas vendas (6,80%), nas importações (5,20%) e nas exportações (6,25%)". Positivo, ele complementa: "Relevante é a possibilidade de virmos a criar 17 mil vagas de empregos formais caso as projeções de crescimento se materializem".

Para Pimentel, "o mercado está reaquecendo, e, nessa retomada, não deverá faltar algodão no Brasil. Nesse processo de retorno das atividades, precisaremos de 120 dias para ajustar a equação de preço, fornecimento e demanda do mercado". Para completar, ele destacou a importância da valorização do produto nacional e citou como exemplo o movimento Sou de Algodão, criado pela Abrapa para incentivar o consumo da fibra no mercado interno.

RITMO DAS EXPORTAÇÕES

Na safra 2019/20, as exportações brasileiras foram de 2 milhões de toneladas de pluma, de acordo com o presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA), Henrique Snitcovski. "Para o próximo ciclo, esse número deverá ser maior, pois exportaremos, também, parte do algodão que deveria ter sido embarcado nos meses de abril, maio e junho. Com a pandemia, o período dos embarques se alongou", comentou.

Os maiores importadores de algodão brasileiro, em ordem decrescente, são Turquia, Indonésia, Vietnã, Paquistão, China e Bangladesh. "Tivemos um aumento nas exportações atrelado ao incremento da produção, com uma maior participação no mercado internacional. Deixamos a característica de ser um exportador sazonal, com 70% dos embarques no segundo semestre. Essa mudança de posicionamento alterou o *mindset* da indústria internacional, com revisão das estratégias para inserir uma maior participação da pluma brasileira nos seus *blends*", observou Snitcovski.

O Porto de Santos, de acordo com a ANEA, foi responsável por mais de 95% dos embarques de algodão do País. Os portos do chamado Arco Norte estão desenvolvendo-se para receber a produção do oeste da Bahia. Ainda de acordo

com a Associação, a maioria das exportações de fibra por Santos relaciona-se com a disponibilidade de contêineres. Com a queda nas importações brasileiras diante da pandemia, faltaram contêineres para embarcar a pluma no começo da temporada, em julho e agosto. "Mas isso foi contornado", garante o presidente da ANEA.

NOVA FERRAMENTA PARA O CONTROLE DA RAMULÁRIA

Guilherme Ohl
Engenheiro-agrônomo da Ceres Consultoria Agronômica

Por ser ela a principal doença do algodoeiro no País, o controle da ramulária tem demandado muita energia e muito investimento nos últimos anos. Essa doença foliar depende da planta hospedeira para se desenvolver e só ocorre em plantas vivas. Por isso, uma das ferramentas de controle está na eliminação de plantas guaxas com a prática do vazio sanitário na entressafra.

Uma das características importantes da ramulária consiste em atingir primeiro a parte baixa da planta. Isso dificulta o controle e exige uma tecnologia de aplicação bem estruturada. O intervalo de aplicações deve ser de, no máximo, quinze dias. Recomendam-se o manejo com um maior espaçamento e a diminuição da população de plantas por hectare. Atualmente, há presença do fungo em todas as áreas produtoras de algodão do País.

Muito severas, as perdas em decorrência desse fungo podem representar de 20% a 60% da produção a depender das condições climáticas. Na safra 2019/20, por exemplo, como foi menos chuvosa, a presença da doença foi menos intensa.

A introdução de variedades tolerantes ou resistentes contribui com o manejo da ramulária, mas não impede o seu desenvolvimento. A aplicação de fungicidas continua a ser uma importante ferramenta de controle, indispensável para a manutenção da produtividade e da qualidade da fibra.

Em relação aos fungicidas, quanto maior a diversidade, melhor. Rotacionar diferentes grupos químicos e modos de ação é fundamental para um manejo eficiente. Para isso, é preciso intercalar aplicações de estrobilurinas, triazóis, carboxamidas, multissítios e organoestânicos. Essa é uma boa prática porque evita a resistência e permite que um modo de ação complemente o outro no campo.

Uma pesquisa tem apresentado uma solução inovadora da mistura tripla (mefentrifluconazole + fluxapiroxade + piraclostrobina), com eficiência maior do que os fungicidas disponíveis atualmente. As áreas experimentais em Mato Grosso mostram que essa ferramenta poderá contribuir para manter elevado o controle da ramulária.

Essa solução tem como novo ingrediente ativo o mefentrifluconazole, que, conforme os resultados da pesquisa, tem demonstrado um excelente controle da doença. Toda introdução de tecnologia para evitar os prejuízos causados pela ramulária é bem-vinda, porque, além de diminuir a produtividade, o fungo também afeta a qualidade da pluma, o rendimento da fibra e, consequentemente, a precificação do algodão produzido.

AMPLIAR O NÚMERO OU O TEMPO DE VIDA DAS MOLÉCULAS

Desde o Descobrimento do Brasil, graças à famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manuel I, citando que "aqui, em se plantando, tudo dá", criou-se um senso comum equivocado de ser fácil praticar agricultura no País. Perguntamos a opinião do consultor agronômico Celito Breda, que também é produtor rural na Bahia e supervisor do programa fitossanitário da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa).

Segundo Breda, num clima tropical, de extrema biodiversidade, como o do Brasil, não apenas os cultivos agrícolas, as pragas e as doenças são favorecidos pelas condições naturais, como a própria viabilidade das moléculas em uso fica comprometida, em função das muitas mutações que ocorrem. Manter esses inimigos fora das lavouras custa caro. "No algodão, do custo total de produção por hectare, gastos com defensivos e *royalties* variam de 30% a 40%. No caso do algodão bem conduzido no Cerrado, esse valor pode chegar a US$ 2,4 mil por hectare", diz.

Com o advento da lagarta *Helicoverpa armigera* na safra 2013/14, a proteção de cultivos no Brasil ganhou um aliado para o manejo integrado com os chamados defensivos biológicos, como vírus e bactérias. Com os investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas, o foco, que antes era

a lagarta, expandiu-se, no solo, para os nematoides e os fungos patogênicos e, nas partes aéreas das plantas, para a mosca-branca e os percevejos. Até o controle do bicudo-do-algodoeiro tem sido objeto de pesquisa.

Segundo Celito Breda, também ganhou destaque o manejo de resistência, com implementação de modos de ação que aumentam a vida útil das tecnologias já existentes. O pequeno leque de moléculas novas e o número restrito de proteínas Bt preocupam os produtores e os pesquisadores. "Poucas regiões do mundo perdem tão rápido moléculas químicas, biológicas e transgênicas como o Brasil. Mas sentimos as empresas atentas em fomentar ações ao manejo de resistência. Provocamos entidades como a CropLife Brasil e o Comitê Brasileiro de Ação à Resistência a Inseticidas (IRAC-BR), além de pesquisadores de universidades e da Embrapa e consultores agronômicos, entre outros, a buscarem uma maior durabilidade para as tecnologias criadas", afirma.

Na visão do consultor, cada molécula existente custou entre US$ 200 milhões e US$ 300 milhões, seja inseticida, fungicida ou toxina Bt. "Se ela não funcionar, o prejuízo maior será sempre do agricultor", pondera. Essa obsolescência acelerada faz parte dos mecanismos de defesa da natureza. O desafio dos cientistas é driblá-la. "Existe um percentual pequeno de patógenos tolerantes. Com o tempo, se nada for feito, a tecnologia será perdida. Então, isso dependerá das ações para definir se durará mais ou menos tempo", explica. Breda ressalta a importância de se montar um programa nacional "muito bem elaborado e planejado para isso".

CUSTOS E PERDAS DA MANCHA DE RAMULÁRIA PARA A PRODUÇÃO DE ALGODÃO NA SAFRA 2019/20

Alderi Emídio de Araújo
Pesquisador da Embrapa Algodão, em Campina Grande-PB
Rafael Galbieri
Pesquisador do Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt), em Primavera do Leste-MT
Marcio Souza
Pesquisador do IMAmt, em Primavera do Leste-MT

A mancha de ramulária causada pelos fungos *Ramulariopsis gossypii* e *Ramulariopsis pseudoglycines* é a principal doença do algodoeiro no Brasil. A sua ocorrência é verificada em todas as regiões produtoras do Cerrado, onde são produzidos mais de 90% do algodão brasileiro, e, também, na região do Semiárido quando as condições se apresentam favoráveis.

O inóculo inicial dos patógenos provém de restos de cultura e da prática do plantio contínuo de algodão numa mesma área. A dispersão ocorre pela ação do vento a partir de lesões em folhas mais velhas e pelo trânsito de máquinas na lavoura. A doença pode ocorrer de forma epidêmica mesmo em períodos mais secos. Pesquisas apontam que a redução

SHUTTERSTOCK



na produtividade pode alcançar 75% em cultivares mais suscetíveis na região sul de Mato Grosso e 30% no Cerrado.

Para a quantificação de perdas, é importante utilizar experimentos específicos com métodos que ofereçam reprodutibilidade e previsibilidade. Entretanto, essa tarefa pode ser realizada de forma empírica para obter a relação da intensidade da doença com a produtividade.

Ensaios realizados por dois anos em dez localidades nos estados da Bahia, de Mato Grosso, de Goiás e de Mato Grosso do Sul apontaram perdas de produtividade de 14,0% e 11,8%, respectivamente, em 2018 e 2019. Esse trabalho apresenta uma estimativa do custo do controle e das perdas causadas pela mancha de ramulária na safra 2019/20.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número médio de aplicações em cultivares suscetíveis é maior do que aquele em cultivares resistentes. Assim, o plantio de uma ou outra cultivar significa maior ou menor margem de lucro. Os dados mostram que o uso de cultivares com algum nível de resistência à mancha de ramulária causa impacto sobre a redução do custo do programa de aplicação de fungicidas.

As perdas na produtividade resultam dos danos causados pela doença e de outros fatores difíceis de mensurar isoladamente. Deve-se levar em conta que o melhor fungicida aplicado para controle da mancha de ramulária alcança, em média, um nível de 84%. Por essa razão, as perdas apresentadas foram, em média, de 1,8% nas cultivares resistentes e 5,3% nas cultivares suscetíveis. Portanto, o impacto econômico causado pela mancha de ramulária na cadeia produtiva de algodão foi de US$ 361 milhões ou R$ 1,89 bilhão ao se considerar o dólar a R$ 5,24. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a contribuição da seguinte equipe da Abrapa: Marcio Porto Carrero (diretor executivo), Fernando Rati (gestor de Sustentabilidade) e Catarina Guedes (gestora de Comunicação).

VALOR TOTAL DOS GASTOS RELATIVOS AO CONTROLE QUÍMICO DA MANCHA DE RAMULÁRIA NA CULTURA DE ALGODÃO NO BRASIL NA SAFRA 2019/20

NÍVEL DE RESISTÊNCIA DAS CULTIVARES	Área plantada das cultivares (%)	Área plantada das cultivares (hectares)	Aplicações de fungicidas (número médio por hectare)	Custo médio de cada aplicação (US$)	Custo total das aplicações de fungicidas (US$)	Custo total do controle (US$)
R ou MR	46,7	780.310	4,5	20,10	90,45	70.579.040
S ou MS	53,3	890.590	7,5	23,40	175,50	156.298.545
TOTAL						**226.877.585**[1]

Nota: R – Resistente; MR – Moderadamente Resistente; S – Suscetível; MS – Moderadamente Suscetível

VALOR TOTAL DAS PERDAS NA CULTURA DE ALGODÃO DEVIDAS AO MANEJO DA MANCHA DE RAMULÁRIA COM FUNGICIDAS E DAQUELAS DECORRENTES DOS SEUS DANOS SOB MONITORAMENTO E CONTROLE

NÍVEL DE RESISTÊNCIA DAS CULTIVARES	Área plantada das cultivares (%)	Área plantada das cultivares (hectares)*	Produção total de pluma (arrobas)**	Perda média (%)	Perda total (arrobas)	Perda total (US$)
R ou MR	46,7	780.310	91.211.327	1,8	1.641.804	30.768.157***
S ou MS	53,3	890.590	104.102.007	5,3	5.517.406	103.398.722
TOTAL						**134.166.879**[2]
PERDAS TOTAIS (1 + 2)[Z]						**361.044.463**

*Área total de produção do Brasil: 1,67 milhão de hectares (Conab)
**Produção total de pluma: 2,92969 milhões de toneladas ou 195.313.33 arrobas (Conab, 2020)
***Valor da arroba de pluma: US$ 18,70, convertidos de R$ 98,20 (dólar a R$ 5,24)
[Z]Soma dos gastos com controle e com as perdas estimadas de produção

SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE CACAU (AIPC)

PRODUÇÃO DE CACAU NO SUL DA BAHIA

AIPC
Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau

Um levantamento realizado por pesquisadores durante quatro anos traça o panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia.

Até meados da década de 1980, a região sul da Bahia viveu um período de prosperidade com a cacauicultura. A produção crescia, e o estado chegou a ter uma safra de 400 mil toneladas. No entanto, a disseminação de vassoura-de-bruxa devastou os plantios, com mudanças profundas na região. As grandes propriedades deram lugar a propriedades familiares, a maior parte delas com até 50 hectares. A exploração diversificou-se na produção pecuária e no cultivo de banana e de seringueira.

Os pesquisadores Rui Barbosa da Rocha e Jorge Chiapetti, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Alessandro Santos da Conceição e Amilcar Baiardi, do Instituto Floresta Viva (IFV), em parceria com pesquisadores da Universidade Brown, dos Estados Unidos, analisaram, durante quatro anos, as principais transformações econômicas e sociais ocorridas na região.

O resultado foi a produção do trabalho intitulado "Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia". Esse estudo faz parte de um levantamento sobre Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) entre 3.090 produtores. A região abrangida envolve os 26 municípios do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia (TILSB), que inclui as regiões de Ilhéus e Itabuna.

Cerca de 2.443 dos produtores que cultivam cacau receberam a visita de um grupo de técnicos para coletar dados entre 2015 e 2018. A pesquisa avaliou diferentes aspectos para compor o cenário, como perfil socioeconômico, gênero, juventude, condições de trabalho, práticas de manejo e beneficiamento e assistência técnica. "As estatísticas revelam nuances importantes sobre o setor, não só desafiadoras, mas indicadoras de caminhos para soluções", explica Rui Barbosa da Rocha, que é um dos coordenadores do estudo.

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Entre os formulários apurados, alguns registros positivos chamaram a atenção dos pesquisadores, como a ausência de crianças na atividade da propriedade. "Os dados apontam a escola como prioridade na vida da maioria dessas crianças, o que nos surpreendeu de forma favorável", pondera Rocha.

Do total de produtores entrevistados, 1.084 afirmaram ter crianças e jovens menores de dezoito anos em casa. Desse total, 87% não contavam com trabalho infanto-juvenil em nenhum momento. Apenas 8% contavam com o auxílio dos jovens, a maior parte a partir dos dezesseis anos de idade. Isso se deve ao fato de as crianças e os jovens frequentarem de forma regular as instituições de ensino e estarem comprometidos com as atividades nelas desenvolvidas.

Em torno de 62 anos de idade, a faixa etária média dos produtores era elevada, sendo a maior parte das famílias compostas por homens. Como os jovens partem para as cidades em busca de emprego urbano no comércio e nos serviços, a sucessão familiar no campo é um dos desafios a serem enfrentados. "O segmento de cacau fino e o surgimento de um mercado ainda tímido de chocolates *bean to bar* aparecem, aos poucos, como uma oportunidade de reverter esse quadro, mas cabe criar condições para os jovens retornarem e darem continuidade ao negócio", explica Rocha.

CABRUCA E PROTEÇÃO AMBIENTAL

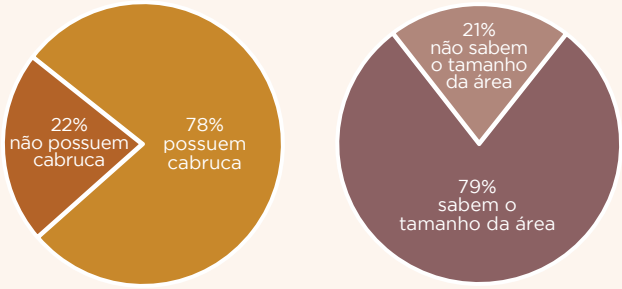
Em torno de 78% dos estabelecimentos utilizavam o sistema de cultivo cacau cabruca, porque este permite o cultivo do produto consorciado a outras culturas. A banana estava presente em 72% das propriedades. Em média, a área ocupada com cacau era de 12 hectares, com produtividade média de 11,8 arrobas/hectare/ano. Em segundo lugar, vem a pastagem, que ganhou espaço diante da desvalorização do cacau em alguns períodos. "A mudança de perfil do uso do solo representa uma oportunidade de acréscimo das áreas de cacau", concluem os pesquisadores.

A variação da cobertura vegetal na região se manteve estável na maioria das áreas avaliadas nos últimos 28 anos, de acordo com o monitoramento feito pelo Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil (MapBiomas), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pela Fundação SOS Mata Atlântica. Isso ocorreu em uma escala moderada, com sustentação das coberturas florestal e agroflorestal. "Como só podemos fazer gestão em cima do que conhecemos, o relatório traz informações nas áreas econômica, social e ambiental para apoiar o desenvolvimento da sustentabilidade na cadeia", afirma Pedro Ronca, gerente do CocoaAction Brasil, instituição apoiadora do estudo.

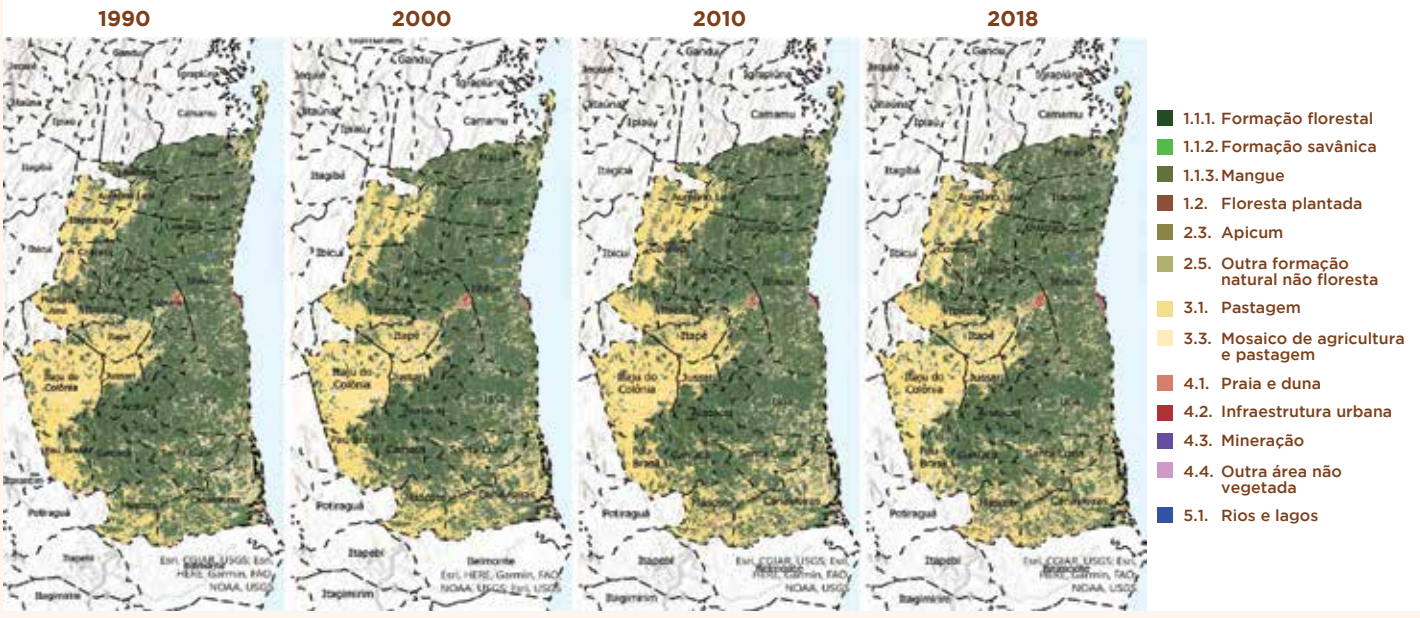


SHUTTERSTOCK

BAHIA: SISTEMA DE PRODUÇÃO DE CACAU



Fonte: Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia 2015-2019



Fonte: INPE; Fundação SOS Mata Atlântica

DESAFIOS PELA FRENTE

A cadeia produtiva de cacau precisa aumentar a produtividade das lavouras e a qualidade das amêndoas. Para isso, precisa de acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias para melhora do manejo. A maior parte dos estabelecimentos não possuía estruturas de secagem do cacau, sendo que 57% tinham barcaças e 36% tinham secadores, mas apenas 27% das propriedades tinham casas de fermentação.

"Como o cacau possui uma dinâmica sistêmica, com diversos aspectos conectados, não dá para dizer em que o desafio está concentrado, pois são várias questões interligadas, que melhoram e promovem ganhos para toda a cadeia", avalia Rocha.

Para a diretora executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), Anna Paula Losi, a organização das cooperativas constitui um ponto de apoio e orientação para os produtores, enquanto a iniciativa pública, por meio de projetos e acesso ao crédito, se faz fundamental. "Com essas bases, poderemos transformar o círculo vicioso de baixa produtividade em virtuoso, com melhoria da produtividade, geração de renda e produto de alta qualidade para atender os mercados de maior valor agregado", pondera a diretora.

Cerca de 75% dos produtores não receberam assistência técnica na última década e 56% nunca fizeram análise do solo, item fundamental para o manejo. Apenas 5% dos produtores recebiam assistência técnica regularmente. Esse aspecto seria melhorado com uma maior participação dos produtores em cooperativas e sindicatos.

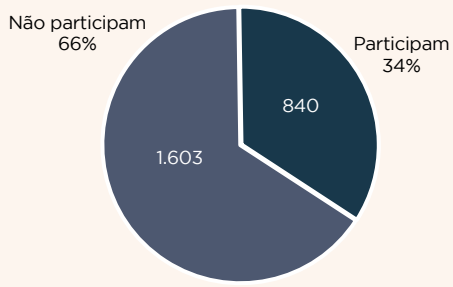
De um total de 2.443 produtores, 1.603 (66%) não participavam de nenhum tipo de associação civil representativa

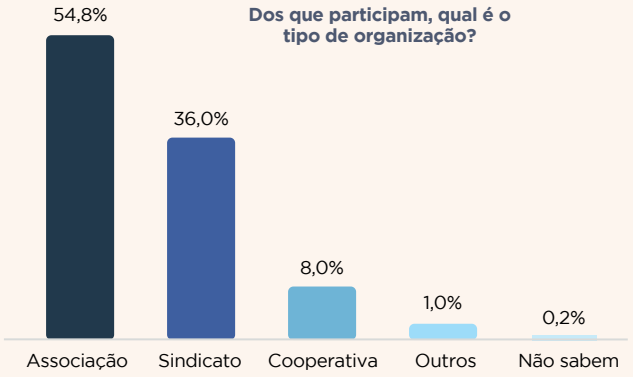
e apenas 840 (34%) estavam vinculados a alguma organização de produtores. "Muitos serviços poderiam ser prestados pelas cooperativas, pelos sindicatos e pelas associações, tais como assistência técnica, comercialização de insumos e produtos, beneficiamento e industrialização, melhoria de infraestrutura e conquistas culturais e civis", apontam os pesquisadores.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), 37,0% dos produtores ouvidos o desconheciam e apenas 25,5% possuem o registro regularizado. Na parte da contratação de crédito para produção agrícola, 63% nunca fizeram. "A ideia é utilizar esses resultados para construir uma base de dados sólida e unificada, de modo a auxiliar a cadeia produtiva num melhor entendimento dos desafios, dos avanços e das perspectivas do setor", explica Rocha.

As questões do cacau são sistêmicas e interligadas. Com o desencadeamento de soluções estruturantes que envolvam mercado, diálogo e confiança dos atores e a sinergia dos diferentes participantes, de forma combinada, as transformações se multiplicam", afirmam os pesquisadores. "Não restam dúvidas de que os dados ajudarão na construção de uma nova realidade para o cacau brasileiro, pois ajudarão as áreas privada e pública, o terceiro setor e demais entidades da cadeia na definição de prioridades, políticas e ações para essa cultura atingir o seu fantástico potencial", finaliza Ronca. ■

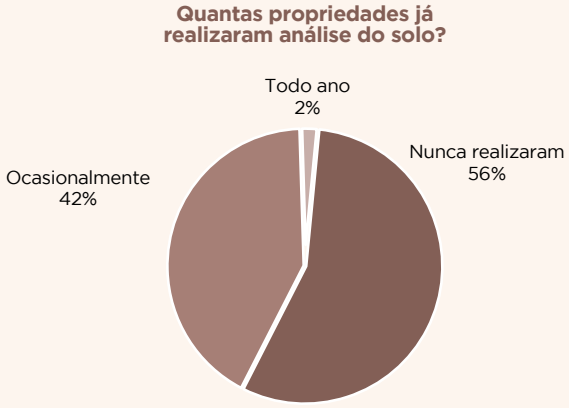
PARTICIPAÇÃO DOS CACAUICULTORES DO TILSB EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

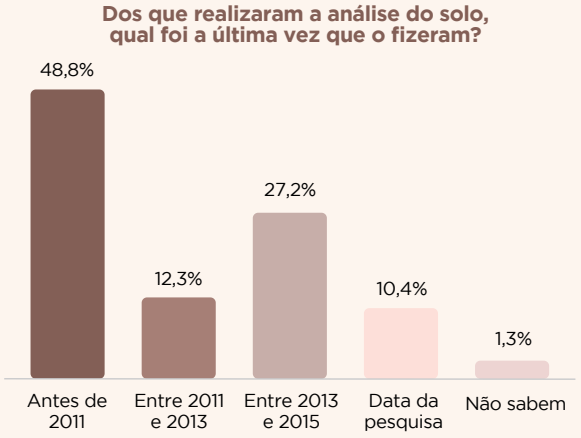




Fonte: Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia 2015-2019

REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DO SOLO NOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE CACAU NO TILSB





Fonte: Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia 2015-2019

CENÁRIO PARA O CACAU SEGUE INCERTO EM 2020

Se o ano começou com boas perspectivas para o mercado de cacau e chocolates, a pandemia abalou de forma profunda e surpreendente o cenário promissor. No primeiro semestre, o mercado teve de enfrentar a queda drástica no consumo de itens como chocolates, biscoitos e outros produtos alimentícios. A retração nas vendas de Páscoa foi de 30%, de acordo com dados do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC).

O terceiro trimestre segue ainda pautado pelas incertezas. Ao que tudo indica, 2020 ficará na história como um dos anos mais inesperáveis para o cacau. Pelo menos é o que explica o consultor Thomas Hartmann, considerado uma das referências do setor quando se trata de análise de mercado. "Dentre as *commodities*, o cacau tem a fama de ser uma das menos previsíveis, com a atual conjuntura em uma fase nebulosa. Ninguém sabe o que vai acontecer", pondera.

Segundo Hartmann, a maioria dos analistas espera uma queda nos preços do cacau nas bolsas de Nova York e Londres. "Fala-se que o preço da tonelada pode cair para baixo de US$ 2 mil, na bolsa de Nova York, e de £ 1,2 mil, na de Londres. Mas, até agora, não se sabe bem por que isso não aconteceu", afirma o consultor.

Uma das possibilidades para essa queda ainda não ter ocorrido está na especulação, já que, de acordo com Hartmann, grandes fundos de investimento estão investindo em contratos futuros de cacau, o que acaba ajudando a manter os preços. "Por outro lado, mais cedo ou mais tarde, os produtores africanos precisarão escoar a safra, com um aumento da oferta no mercado e uma queda nos preços", avalia.


SHUTTERSTOCK

A safra africana encerrou-se no fim de setembro, mas falta contabilizar os dados finais. Segundo Hartmann, a estimativa é de que haja um superávit entre 50 mil e 150 mil toneladas. "O cenário ainda está delicado para a próxima safra, pois alguns analistas estimam um superávit de até 300 mil toneladas", explica.

Já no Brasil, Hartmann calcula que a safra que se encerra em abril de 2021 deve ficar estável na Bahia, em torno de 120 mil toneladas. "Mas é cedo para saber, pois muitas plantas ainda nem floriram. No Pará, a safra que acabou em abril ficou em 70 mil toneladas, e a expectativa é de que ela ultrapasse a produção baiana já na próxima temporada", considera o consultor.

Caso a perspectiva de aumento das safras no Brasil e na África se confirme, o desafio da indústria mundial de recuperar os níveis anteriores de consumo será ainda maior. "A indústria já vem tomando risco desde o início da pandemia, pois seguiu comprando amêndoas, numa tentativa de apoiar o setor, sem garantias de que teria demanda para escoar a produção, mas a nossa capacidade também tem um limite", completa Anna Paula Losi.

De janeiro a agosto, o recebimento de amêndoas das associadas da AIPC, que respondem por 95% do processamento nacional, aumentou 15,4% em comparação ao mesmo período de 2019, ao passar de 113.551 para 131.069 toneladas. Com a queda na demanda, a moagem no acumulado do período retraiu 6,8%, de 147.567, em 2019, para 137.503 toneladas, neste ano.

A partir de julho, a média da moagem voltou a patamares próximos aos de 2019. Com isso, tudo indica uma queda total de 5% para o final de 2020. Já a importação das associadas registrou uma queda de 37,8%, de 37.037 para 23.023 toneladas, sendo que a última carga de amêndoas importadas chegou ao Brasil em março, período em que o setor ainda não havia sentido os impactos da pandemia sobre a demanda.

Apesar do cenário incerto para 2020, Hartmann mostra-se otimista com o mercado brasileiro no médio prazo. "O País tem praticamente o maior consumo cativo da América do Sul. No momento, o potencial está prejudicado em nível global. Ainda assim, o futuro da produção de cacau é alvissareiro no Brasil, com a expansão da produção nos próximos anos e a retomada do consumo", conclui.

A *Agroanalysis* agradece a participação e a contribuição da jornalista Juliana Ribeiro, coordenadora de Comunicação da AIPC.



KARIM KAHN/FIESP

REUNIÃO DO COSAG

SANIDADE ANIMAL

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 8 de setembro último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR DA SILVA COSTA FILHO

Presidente do Cosag

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) solicitou, recentemente, que se eliminem as barreiras para o comércio de alimentos de forma a se manterem o fluxo normal e o abastecimento pleno do Planeta. Nesse período de pandemia, ressalta-se o protagonismo do Brasil nas exportações de *commodities* agropecuárias. Com foco na sanidade animal, o Cosag convidou brilhantes *experts* do Governo e da iniciativa privada para traçar uma visão sobre o desempenho, seja da parte quantitativa, seja da parte qualitativa, da produção e dos embarques de aves, bovinos e suínos.



FRANCISCO TURRA

Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

Dessas reuniões do Cosag, surgiram mudanças nas políticas do agronegócio brasileiro. Poucos fóruns no Brasil possuem essa qualidade de participantes, além da dinâmica da Fiesp, para contribuir com as tomadas de posição no País.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a FAO chamavam a atenção sobre a projeção do incremento da produção de alimentos do Brasil, bem acima das demais nações, de 40% para o horizonte de 2015/16 para 2026/27. Nessa pandemia, conduzimos a produção de forma normal. Mesmo com as vicissitudes e as dificuldades impostas, o agro foi capaz de suprir os mercados interno e externo.

Ao longo desses anos, tivemos a oportunidade de participar de muitos eventos no exterior. Repetíamos que a nossa produção de aves e suínos era feita predominantemente fora do bioma amazônico. Mostrávamos a importância da proteína animal para o desenvolvimento em diversos estados brasileiros.

Na produção e na exportação de frangos, teremos crescimento neste ano. Ao mesmo tempo, houve melhoria no consumo interno, como resultado do auxílio governamental às classes de renda mais baixa por causa da pandemia. Em nível mundial, enquanto a produção cresce nos Estados Unidos (EUA) e no Brasil, há uma redução na China e na União Europeia (UE).

Com relação à carne suína, temos uma projeção maior na produção e na exportação. Éramos russo-dependentes na importação, de 40% a 50%. A China, com a peste africana em 2018, teve de abater o rebanho e realizar enormes importações. Grande beneficiado dessa contingência, o Brasil busca abrir mercados na Malásia, em Cingapura e em Taiwan.

Em termos de crise sanitária, com a *influenza* aviária, registramos problemas históricos em vários países: EUA, Itália, Holanda, México, China, Coreia do Sul e Japão. Nas Américas do Sul e Central, nunca houve a doença. No Brasil, preservamos a produção com cuidados imensos e nos tornamos o maior exportador do mundo, bem à frente do segundo exportador, os EUA (na crise da doença em 2014, foram abatidos 48 milhões de aves, com prejuízos de US$ 1 bilhão, sendo quinze estados atingidos).

Temos uma zona livre de peste suína clássica, mas ela não recobre todo o Brasil. As áreas fora da zona livre sempre representam um foco de problemas. Por isso, passa a ser cada vez mais importante fazermos um cinturão de sanidade e executarmos o programa de erradicação. O último foco foi em 1979. De diarreia suína epidêmica, nunca tivemos casos.

A peste suína africana causou um impacto forte na produção chinesa a partir de 2018, com abate em torno de 40% do rebanho. Neste ano, para cobrir o déficit na oferta, será preciso importar 2 milhões de toneladas de carne suína, além de substituir o consumo por carnes de aves, peixes e boi. De janeiro a julho, a participação dos chineses na importação de carne suína foi elevada no mundo (44%), no Canadá (47%), no Brasil (49%), na UE (56%) e nos EUA (36%). Na importação de carne de aves do Brasil, o mercado chinês assume a liderança, que foi da Arábia Saudita durante dezoito anos.

Com a forte presença da iniciativa privada e do Governo, atingimos o *status* de livre tanto de *influenza* aviária, como de peste suína africana. Em março, quando começou o distanciamento, com o anúncio da pandemia, enviamos para os nossos colaboradores o protocolo com normas da

BRASIL: PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO *PER CAPITA* DE FRANGOS E SUÍNOS

ITEM	Frangos		Suínos	
	2019	2020	2019	2020
Produção*	13.345	13.700 a 13.800	3.983	4.150 a 4.250
Exportação*	4.214	4.350 a 4.450	750	950 a 1.000
Consumo *per capita***	42,84	43,90	15,30	15,30

*Em mil toneladas; **em quilos
Fonte: ABPA; SECEX

PRODUÇÃO GLOBAL DE CARNE DE FRANGO
(MIL TONELADAS)

ANO	UE	Brasil	China	EUA
2017	11.912	13.050	11.600	18.938
2018	12.260	12.855	11.700	19.361
2019	12.460	13.245	13.750	19.941
2020	12.300	13.700	13.500	20.178

Fonte: USDA

PRODUÇÃO GLOBAL DE CARNE SUÍNA
(MIL TONELADAS)

ANO	Brasil	EUA	UE	China
2017	3.758	11.611	23.660	54.518
2018	3.974	11.943	24.082	54.040
2019	3.983	12.543	23.960	42.550
2020	4.100	12.950	24.130	36.000

Fonte: USDA

Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (SEPRT/ME).

A ABPA montou os Grupos Específicos para Prevenção da Influenza Viária (GPIA) e da Peste Suína (GPESA), com a finalidade de acompanhar os movimentos relacionados à saúde animal. Formados por gestores das empresas, esses Grupos visam criar manuais de crise, organizar *workshops*, desenvolver ações rápidas no âmbito das empresas, interagir com órgãos governamentais, realizar campanhas de prevenção e captar recursos específicos para eventuais ações de emergência.

Para as ações internacionais, criamos o Grupo Estratégico para a América Latina, composto por presidentes de entidades nacionais, para que haja articulação continental das ações conjuntas voltadas para a prevenção, campanhas interpaíses para a conscientização sobre cuidados, intercâmbio de *expertises* e apoio aos simulados de emergência sanitária.

Trabalhamos de forma integrada para proteger os vizinhos também. Quando começamos a liberação de febre aftosa na região Sul, descuidamos dos casos vindos do Paraguai, do Uruguai e da Argentina e tivemos os nossos primeiros casos, registrados em Naviraí-MS e Joia-RS. A volta da febre aftosa maculou um trabalho longo, que somente recuperamos agora.

Criamos a organização do sistema produtivo em compartimentos, de modo a facilitar a gestão sanitária em tempos de crise. Outros compartimentos foram instalados no Brasil em empresas de aves de corte e de genética.

Sempre com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tralharemos para: a gestão de recursos na compra de cachorros como apoio à inspeção em aeroportos; a produção de materiais informativos para aeroportos em todo o Brasil; a campanha de orientação aos produtores e aos demais elos do setor; e ações de imprensa em caso de alerta de gravidade de uma ocorrência.

Para finalizar, julgamos como realmente fantástico saber que, no pós-pandemia, o País terá a sua reestruturação e reabilitação pelo agro.



ANTONIO JORGE CAMARDELLI

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

A rodada do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), entre 1986 e 1994, deixou o recado para que se diminuíssem as tarifas e os impedimentos que travavam o comércio. No entanto, isso permaneceu disfarçado ao longo do tempo, com a utilização de barreiras para o acesso aos principais países importadores, que representam 40% do mercado mundial de boi.

A negociação da sanidade passa pela política externa e envolve o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Precisamos saber quando fica conveniente discutir os assuntos entre países via bloco ou bilateralmente. Olhemos, por exemplo, essa perspectiva sob a ótica do acordo entre a UE e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com cota para este exportar para a UE 99 mil toneladas equivalente carcaça.

Na mesma linha de raciocínio, com o Brexit, teremos, a partir de janeiro próximo, cotas específicas, de 10.000 toneladas, das quais ao redor de 1.100 toneladas saem da UE e passam para a Inglaterra. A mesma situação acontece com a cota GATT. Nesses casos, a negociação bilateral traz outra visão para a abordagem do acordo comercial.

A convivência e o intercâmbio com os adidos agrícolas mostram resultados positivos, principalmente quando eles retornam ao Brasil. Percebemos que isso acarreta uma ampliação da capacidade de negociação sempre ressentida no MAPA. Há uma melhoria no processo geral do entendimento comercial.

Chegamos a exportar 800 mil toneladas de carnes para a Rússia. Existem divergências entre as exigências russas e as medidas sanitárias adotadas por frigoríficos no Brasil. Agora, exportamos somente matéria-prima para a indústria e nada para o varejo.

Temos 31 plantas exclusivas para destinar carne ao Irã. Pós-eleição americana, poderá haver o retorno ao processo. Aguardemos como se desdobrará o rompimento unilateral do acordo nuclear feito pelos EUA.

Como o Irã limita o consumo mensal familiar a 5 quilos, exportamos pouco, por meio da Turquia e da Jordânia até Dubai (nos Emirados Árabes Unidos). O Japão e a Coreia do Sul, que colocam a exigência de que os países fornecedores sejam livres de febre aftosa sem vacinação, representam uma alternativa competitiva para os cortes nobres com precificação. Vendemos filé a US$ 16 mil à Europa e a US$ 11 mil a Dubai e ao Líbano. Na Tailândia e em Marrocos, o imposto elevado inviabiliza a comercialização.

Para a China, exportamos carne congelada e não exportamos miúdos nem carne com osso, além de não podermos abater animais de mais de trinta meses, por causa da doença "da vaca

DEZ MAIORES DESTINOS DA CARNE BRASILEIRA EM 2019

PAÍS/REGIÃO	%
China	26,74
Hong Kong	18,56
Egito	8,86
Chile	5,88
UE	5,75
Emirados Árabes Unidos	3,86
Rússia	3,74
Irã	3,42
Arábia Saudita	2,28
Outros	20,91
TOTAL	100,00

louca" (também conhecida como BSE). Se estabelecermos um comparativo de sanidade e homologação na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) com o mesmo *status* sanitário do Uruguai e da Argentina, não teremos essas limitações.

Não somos concorrentes em relação aos principais exportadores, como EUA, Argentina, Europa e Austrália, devido ao padrão racial e ao tipo de produto exportado. Quando dividimos o boi, originamos três carnes na desossa: ingrediente, culinária e *gourmet*.

Precisamos atrelar a oferta da sanidade à competitividade de um produto verde. Não usamos promotores de crescimento, fornecemos matéria-prima em grandes volumes, de forma perene e com preços competitivos e obedecemos às regras de qualidade.

Teremos o *rating* das empresas, seja do Governo ou da iniciativa privada. Cada frigorífico terá a sua nota como se fosse uma ação na bolsa. Isso trará um dinamismo grande para o setor.

MERCADOS A SEREM ACESSADOS PELO BRASIL

PAÍS	Mercado potencial	
	(toneladas eq. carcaça)	(US$/tonelada)
México	188	6.600
Canadá	254	6.272
Coreia do Sul	513	5.569
Indonésia	187	3.822
Taiwan	154	6.644
Japão	719	5.970

Fonte: ABIEC

Parabenizamos a cadeia produtiva. Com uma média de 150 quilos por boi depois de abatido, o setor entrega, transporta, mata, desossa e manda para o porto 600 mil bois por mês. Esperamos ter o prazer de comunicar que o Brasil, como fruto da eficiência dos produtores e das indústrias, superará US$ 8 bilhões e 2 milhões de toneladas nas exportações novamente neste ano.



JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

Secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA)

Valorizamos a importância da indústria de processamento para o desenvolvimento local e regional das cadeias produtivas. Essa visibilidade, às vezes, é pequena na sociedade. Felizmente, o setor privado, com o apoio do público, conseguiu manter as atividades em funcionamento durante a pandemia. Garantimos o abastecimento interno e mantivemos os compromissos de exportação. O Brasil é um fornecedor confiável de alimentos.

Assumimos o compromisso de atender os turnos extras de abate e compensar as medidas de distanciamento social. O setor de frigoríficos implantou as medidas, e estas têm sido eficientes para reduzir o contágio entre os colaboradores. Existe espaço para melhorar o uso da capacidade instalada se dermos as condições flexíveis para a presença do Estado na inspeção antes e pós-morte com outras formas de contratação.

O tema do autocontrole, que já existe na indústria frigorífica, será colocado de forma transversal para todas as cadeias reguladas. Fazemos levantamento, consolidação e simplificação do estoque regulatório. Colocamos em consulta pública as normas infralegais da defesa agropecuária. Queremos dar transparência ao setor privado, inclusive quando são necessárias as ações de comando e controle do Ministério. Precisamos estar de acordo com as normas internacionais, sem comprometer os acordos e o sistema de arquivamento.

O MAPA, em conjunto à área privada, elaborou um plano de prevenção para controlar as vias de risco das pessoas e das bagagens em trânsito e do lixo de bordo das aeronaves e dos cruzeiros. Mesmo com a redução no fluxo de passageiros, monitoramos e fiscalizamos os pontos de entrada para ficarmos livres de peste suína africana.

O material genético da suinocultura passa pelo processo de quarentena. Nos produtos regulados e importados, acompanhamos os destinos, as identificações e os acordos sanitários. Temos, também, um plano para erradicar o vírus nos estados contaminados com peste suína.

Com relação ao plano de erradicação da febre aftosa no Brasil, encaminhamos à OIE o dossiê técnico para a retirada da vacina e mudanças do *status* sanitário do Rio Grande do Sul, do Paraná e do chamado Bloco 1, formado por Acre, Rondônia, parte do Amazonas e uma ponta de Mato Grosso que faz divisa com Rondônia.

Como a febre aftosa tem sido colocada como uma barreira considerando as recomendações da OIE, se avançarmos nesse *status*, poderemos ter impacto sobre a abertura de novos mercados para a suinocultura. O acordo dos códigos de procedimentos técnicos dentro da OIE fica mais ativo e forte para negociar em cada mercado.

Quanto à China na questão da exportação de miúdos e carne com osso e do abate de animal com até trinta meses, praticamente esgotamos as partes técnica e sanitária. Os

EUA e a China avançaram nisso dentro de um amplo acordo. Demos uma parada nas conversas por causa da COVID, mas esperamos um aumento de habilitação de novas plantas, com auditorias já feitas por vídeo. Em relação ao Japão, embora a parte técnica esteja entregue, as tomadas de decisão são um pouco demoradas.

Materializamos essas negociações de saúde para a exportação com o certificado sanitário internacional. No ano passado, trabalhamos com 333 mil certificados emitidos para os produtos de origem animal do Brasil.

Há uma preocupação com a sustentação financeira do sistema de defesa agropecuária. A parte industrial da certificação é verificada pelo MAPA, mas as questões de saúde animal são executadas pelos órgãos estaduais de defesa. No meio dessa crise fiscal, buscamos manter e evoluir a qualidade do serviço sanitário.

Temos exemplos de algumas crises sanitárias quando há injeção de recursos para investimentos. Nesses casos, o custo é caro em termos de imagem e negociações para a retomada do mercado. Fica mais barato mantermos um sistema de prevenção em funcionamento adequado, mesmo de certa forma imperceptível para boa parte do setor. Esse debate ocorre no Governo para atender a segurança sanitária do mercado interno e garantir as exportações em condições de acompanhar o crescimento.

A situação possibilita colocar temas de interesse da UE e do Brasil diante de uma perspectiva mundial de alimentos mais saudável, tendo em vista a nossa dificuldade desde a operação Carne Fraca.

Evoluímos para uma linha de desburocratização e revisão de custos, com investimentos em tecnologia da informação, para a atuação das agências de defesa dos estados. Precisamos trabalhar para dar essa sustentação tanto para a produção voltada ao mercado interno, quanto para aquela voltada às exportações.

ANDREA MOURA

Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de São Paulo (SFA-SP/MAPA)

Almejada pelas nações, destacamos como ponto central dessa conversa a segurança alimentar e nutricional, questão cujo protagonismo do Brasil nós temos assistido. Enquanto o mundo espera o aumento da produção nacional, precisamos fortalecer a defesa agropecuária no País. Não basta a União ter protocolos estruturados; é essencial que as Secretarias de Agricultura estaduais estejam aparelhadas e preparadas para cumprir essa missão.

O agro nacional vive uma situação de relativo conforto frente à pandemia em relação aos outros segmentos. Com protocolos de produção, as cadeias produtivas esforçam-se pela manutenção dos abastecimentos interno e externo.

Possuímos um arcabouço na defesa sanitária da agropecuária em constante atualização e modernização. A qualidade dos alimentos será a grande preocupação no mundo pós-pandemia. Precisamos seguir com esse foco para cumprirmos a nossa missão de suprir o mundo.

FECHAMENTO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)



Esse evento é importante neste momento que vivemos no Brasil. Cumprimentamos a ABPA e a ABIEC pelo trabalho realizado para inserir as nossas carnes no mercado global. Queremos mostrar a nossa admiração profunda pelos êxitos obtidos em função desse duro esforço. Também é fundamental destacar o papel do MAPA. A ministra Tereza Cristina, com a sua competência, conta com uma equipe técnica brilhante, com desempenho espetacular.

Para coroar esses comentários, devo dizer como é agradável, como cidadão brasileiro, ver um relacionamento perfeito entre a área pública do governo federal e os representantes do setor privado para organizar de forma adequada e consistente esses avanços apontados.

Das perguntas colocadas, temos dois comentários. A primeira é se surfamos uma boa onda não obstante a tragédia da

pandemia no mundo inteiro. A segunda é quanto ao surgimento de peste suína africana e de gripe aviária, que foi o motivo para abrirmos mercados muito acima das estimativas vistas no passado recente. Então, as oportunidades estão sendo bem aproveitadas com competência. Somam-se a isso o registro de peste suína africana na China e a condição cambial muito favorável para o desempenho do Brasil. Tudo isso faz parte de um bom momento transitório usufruído de maneira conveniente pelo Estado e pelo setor privado.

Tratamos do ponto relacionado à segurança e à qualidade do alimento: cumprimos protocolos sanitários cada vez mais rígidos, bem elaborados e consistentes com relação à demanda global, de acordo com a OIE. Isso significa que cuidamos do essencial.

Ressaltamos outras duas questões. A primeira delas, relativa aos estados, deixou-nos incomodados. Não tínhamos clareza da diferença entre as coisas feitas pelo governo federal e aquelas feitas pelos estados. Então, será importante o Cosag oficializar à Diretoria do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri), que se reúne a cada dois meses, um apelo: que haja uma articulação precisa entre as defesas sanitárias de cada estado e o governo federal.

Numa reunião dessa importância e considerando os depoimentos feitos pelos expositores, temos de reforçar a exigência de que cada estado tenha protocolos tão rígidos quanto aqueles estabelecidos pelo governo federal, para que possamos manter o abastecimento interno e as exportações.

A segunda questão volta-se muito mais para o setor privado do que para o Governo. Precisamos ter uma visão aproximada sobre o cenário de quando a peste suína africana deixar de ser um problema e o abastecimento de carne suína na China estiver resolvido. Como os países com essa demanda atual poderão encontrar outros fornecedores? Devemos montar uma grande armação estratégica para olhar as alternativas que venham a surgir na hipótese de ocorrência de uma restrição futura.

Para finalizar, foi colocado, mais de uma vez, o tema da comunicação adequada quanto à qualidade permanente dos produtos e da defesa sanitária. Essa tarefa não pode ficar por conta apenas do MAPA e do setor privado; é preciso acrescentar o papel fundamental e central do Itamaraty, para não termos problemas no futuro. ■

SHUTTERSTOCK



A REFORMA TRIBUTÁRIA NA AGROPECUÁRIA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O BRASIL possui um sistema tributário extremamente complexo, caracterizado por uma elevada carga de tributos, diferentes alíquotas e burocracia, que drenam a competitividade das empresas.

É consenso que o País precisa de uma reforma tributária ampla e efetiva, que simplifique o sistema, reduza o custo de observância fiscal e, ao mesmo tempo, fortaleça as nossas vocações econômicas, sociais e culturais.

Nesse contexto, a produção agropecuária deve ser ressaltada pelas vantagens comparativas, pela representatividade no Produto Interno Bruto (PIB) e pela geração de empregos e renda. A importância do setor amplia-se ao se considerarem as funções de segurança alimentar e conservação do meio ambiente e de recursos hídricos.

Na prática, analisando os principais projetos de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional – a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Câmara (nº 45/19), a PEC do Senado (nº 110/19) e o Projeto de Lei (PL) do governo federal (nº 3.887/20) –, o que se observa é o contrário. Trata-se de um conjunto de propostas que, na análise da FAESP, com o desenho atual, tende a elevar a tributação no agro e extinguir incentivos fiscais e pode gerar maior complexidade e insegurança jurídica.

Todas as propostas, em menor ou maior grau, necessitam de ajustes para não ser prejudiciais ao setor, com efeitos negativos ao longo de toda a cadeia produtiva. Mas, entre as propostas, a PEC nº 45/19 é, sem dúvida, a mais danosa.

Para o produtor rural, o impacto dá-se pelo aumento dos custos e pela diminuição das receitas, pois passaria a recolher tributo sobre o faturamento e a pagar mais pelos insumos agrícolas, que, hoje, contam com isenções e reduções de alíquotas. Além disso, de acordo com o texto da PEC nº 45/19, os insumos podem ser tributados em 25% com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O resultado dessa PEC chegará ao consumidor via aumento de custo dos alimentos e término da desoneração da cesta básica, acarretando inflação e diminuição do poder de compra das famílias.

Essa propositura embasa-se no argumento infundado de que o setor agropecuário é o mais subsidiado e menos tributado, devendo, portanto, assumir o ônus da reforma. Essa visão deve ser refutada, uma vez que as contas públicas evidenciam que o setor é menos beneficiado do que a indústria e o comércio.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a participação da agropecuária nos subsídios tributários concedidos em 2018 foi de 9,7%, contra 77,2% do comércio e dos serviços e 13,1% da indústria. Além disso, na parcela dos 9,7%, mais de 50% corresponderam à desoneração da cesta básica, que é, na verdade, um subsídio aos consumidores. Sempre é válido lembrar, ainda, que o Brasil, quando comparado aos concorrentes internacionais, é um dos países que menos subsidia a agricultura no mundo.

Sob o nosso ponto de vista, a discussão no Congresso deve seguir as seguintes premissas: (i) a reforma tributária não pode servir para resolver o problema fiscal do Governo; (ii) a reforma administrativa e o ajuste fiscal precisam ser discutidos simultaneamente; e (iii) os motes da reforma devem ser a simplificação e a racionalização do sistema tributário, a fim de elevar a eficiência e a competitividade das empresas brasileiras.

Com essas balizas, o setor agropecuário é a favor da reforma e vê oportunidades para robustecer a competitividade do agronegócio e estimular a economia, com geração de renda e empregos e desenvolvimento social e econômico. ■

SEMENTES ILEGAIS TRAZEM PREJUÍZOS PARA A AGRICULTURA

Além da perda de produtividade, o uso de sementes piratas de soja pode disseminar doenças e plantas daninhas no campo.

PLANTAR SEMENTE ilegal, conhecida popularmente como pirata, é um exemplo clássico do dito "barato sai caro". Sementes certificadas, além de carregar todo o potencial genético das cultivares, estão adaptadas a diferentes tipos de solo e clima, regiões e épocas de plantio. Por meio da biotecnologia, também podem agregar características de resistência a pragas e doenças e facilitar as práticas de manejo da lavoura.

A semente ilegal não oferece nada disso. "Todo produto vendido como semente, mas que não tenha passado por um sistema formal de produção, seguindo as normas e os padrões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pode ser considerado pirata", explica Paulo Campante, diretor executivo de Germoplasma da CropLife Brasil.

É bom lembrar que a semente é o principal insumo da produção agrícola e o que tem maior valor agregado. Sementes certificadas passam por todas as etapas de controle de qualidade e rastreabilidade do MAPA.

QUASE UM TERÇO ILEGAL

No caso da soja, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) estima que 29% das sementes plantadas no País sejam piratas. Além da perda de produtividade, o uso desses insumos pode disseminar pragas e plantas daninhas no campo e, até mesmo, reintroduzir doenças erradicadas.

A ABRASEM e as suas associadas têm realizado uma campanha permanente para combater a pirataria. Nos sites das entidades, é possível denunciar a venda de cultivares ilegais. Todos os registros são repassados ao MAPA, responsável por fiscalizar a cadeia.

SOJA, O MAIOR VOLUME

A semente de soja, que corresponde a algo entre 3% e 16% do custo da lavoura, é a mais produzida no País, com um volume em torno de 14 milhões de toneladas nas safras 2018/19 e 2019/20.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra 2019/20 de soja fechou com um recorde de 124,8 milhões de toneladas, e a previsão para a safra 2020/21 é de 7% a mais. Segundo a consultoria DATAGRO, a área plantada em 2020/21 deve chegar a 37,99 milhões de hectares (2,5% a mais do que na safra anterior) e a produtividade média deve subir para 3.466 quilos por hectare. "A cultivar escolhida e semeada é responsável por cerca de 50% do rendimento final da plantação. Hoje, é comum o produtor alcançar 70 sacas em pouco mais de cem dias", afirma Paulo Campante.

O mercado brasileiro de sementes movimenta cerca de R$ 24,0 bilhões, sendo a soja responsável por R$ 11,2 bilhões.

PESQUISA PREJUDICADA

O prejuízo com a pirataria chega a R$ 2,4 bilhões ao ano, segundo a ABRASEM. A consultoria inglesa Phillips McDougall aponta que desenvolver um produto agronômico geneticamente modificado, considerando soja e milho, leva em torno de treze anos de pesquisa e envolve milhares de profissionais. O custo total da operação é de cerca de US$ 136 milhões até o uso comercial (26% correspondem às questões regulatórias de aprovação).

Na ponta do lápis, usar sementes piratas nunca vai valer a pena. O gasto com defensivos e operações para combater plantas daninhas e doenças sempre vai ser maior do que o de uma produção legalizada. Isso sem falar na perda de produtividade. ■



DIÁRIO DE BORDO

FALANDO DE CORES

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

UM SEGMENTO fundamental no macrotema "segurança alimentar", com ênfase para a qualidade do alimento, é o de hortaliças, que abrange as verduras, os legumes e alguns frutos. Médicos dizem a seus pacientes que é importante consumir "cores" para que a alimentação seja completa e adequada à saúde humana. Ora, nenhum alimento tem maior variedade de cores do que esses, que estão presentes no dia a dia do cardápio de todo mundo. E são pouco conhecidos.

Um estudo contratado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em 2016 a uma consultoria especializada no agro traz um conjunto de informações relevantes. A produção anual de hortaliças chega a 25 milhões de toneladas, o que representa 10% da nossa safra recorde de grãos deste ano! Não é notável? Esse volume todo vem de 150 mil propriedades rurais que ocupam perto de 1 milhão de hectares espalhados por todo o território nacional e que são operadas por aproximadamente 120 mil produtores, a grande maioria de pequenos – e gerando perto de 5 milhões de empregos diretos! Outro fato importante esse, a geração de empregos: em média, chega-se a 5 empregos por hectare. E o valor dessa produção toda beira R$ 30 bilhões. Mas, se for considerada toda a logística em torno da classificação, da padronização, da embalagem e da distribuição, o valor passa de R$ 100 bilhões.

O trabalho da CNA contemplou treze principais culturas: cebola, batata, tomate, beterraba, abobrinha, couve-flor, alho, abóbora, coentro, alface e outras folhosas.

Não exportamos quase nada, e é possível encontrar, em supermercados mais sofisticados, até mesmo alface importada, além de diversos legumes muito bem embalados.

Algumas questões complexas perturbam os produtores, entre as quais o que chamamos de "perdas" ou "desperdício". Os números que são citados nesse quesito são assustadores também. Há quem fale que cheguem a 30%, distribuídos em várias etapas: desde as perdas no local de produção até os desperdícios nas casas dos consumidores, passando pelo transporte, pelo manuseio em todas as fases e pelo que sobra nos centros de consumo. Mas faltam estudos definitivos sobre isso, bem como programas e projetos que permitam reduzir as perdas, sejam eles no montante que forem.

Outra questão é a liberação de defensivos agrícolas adequados. Certamente, nem todos os agroquímicos aplicados em café ou em soja servem para hortaliças, e o interesse dos fabricantes em tais produtos é menor, ainda que a área plantada seja de 1 milhão de hectares.

Recentemente, foi criada uma entidade de representação dos produtores, o Instituto Brasileiro de Horticultura (Ibrahort), que vem se debruçando sobre essas e outras questões tendo em vista uma maior competitividade do setor e o aumento da produção e do consumo.

Na história dessa atividade, há duas memórias que precisam ser homenageadas. A primeira é a grande participação dos imigrantes japoneses, que chegaram ao Brasil há 110 anos trazendo uma porção de produtos que nem sabíamos que existiam e com uma tecnologia avançada, o que permitiu a montagem dos cinturões verdes na maioria das nossas cidades. E a segunda é o importante papel das cooperativas, que organizaram a produção e a distribuição durante décadas.

Trata-se de uma homenagem que devemos, também, aos produtores de hoje, que nos abastecem diariamente. ■

A produção anual de hortaliças chega a 25 milhões de toneladas, provenientes de 150 mil propriedades rurais, operadas por aproximadamente 120 mil produtores e gerando perto de 5 milhões de empregos diretos.

PRODUZIR

ITR: UMA MUDANÇA NECESSÁRIA

MARCELO LEMOS DE MELO
Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



NA HISTÓRIA da humanidade, imóveis rurais já foram tributados de várias formas. Existem relatos de que, no século IV d.C., as terras do Estado romano eram divididas pelos soldados combatentes, que tinham o dever de cuidar delas e cultivá-las. E, desta forma, Roma criou o *capitatio terrena*, ou seja, o imposto territorial.

Do *capitatio terrena* para os dias de hoje, pouco se modificou, e o que temos no Brasil, quase 1.700 anos depois, é semelhante: as taxas e os valores daquela época eram estabelecidos conforme a capacidade produtiva de cada área, de forma que as áreas onde as terras eram mais férteis tinham o valor do imposto territorial maior.

No Brasil, antes da instituição do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) propriamente dito, muito se discutiu. Ruy Barbosa, no final do século XIX, já havia proposto a criação de um imposto sobre os imóveis rurais que não fossem devidamente utilizados como forma de desestimular a propriedade rural improdutiva. Não obstante, apenas em 1934, tivemos a instituição do ITR, cuja competência era das províncias (estados). Com a Emenda Constitucional (EC) de 1964, a competência foi transferida para a União e a receita do ITR, repassada aos municípios onde se localizavam os imóveis em questão.

A despeito desse amplo e antiguíssimo debate acerca da tributação de terras, o fato é que existe um receio em relação à efetividade do ITR diante da sua dupla finalidade: (i) extrafiscal, caracterizada pela progressividade das alíquotas do imposto a depender do grau de utilização do imóvel, desestimulando a manutenção de propriedades improdutivas; e (ii) fiscal, com o objetivo arrecadatório para os municípios, havendo alíquota progressiva em relação ao tamanho da propriedade.

Além disso, com o advento do novo milênio e a mudança da agropecuária brasileira, com aumento de produtividade e divisas (o que transformou o País de importador líquido de alimentos no maior exportador de alimentos do mundo) e o *boom* de novas tecnologias específicas para o setor, foi possível a intensificação de produção de alimentos em áreas que antigamente eram pequenas e não geravam renda e que, hoje, são, muitas vezes, mais competitivas do que grandes extensões de terra. Assim, caiu por terra o preceito de que a capacidade contributiva do ITR seria em relação ao tamanho do imóvel rural.

Com efeito, a modernização da Lei do Imposto Territorial Rural é uma necessidade, com a efetiva manutenção do caráter extrafiscal desse imposto, ou seja, ajudar a desestimular a manutenção de imóveis rurais que estejam sendo subutilizados. Ao mesmo tempo, deve-se ter o cuidado de não prejudicar quem produz, independentemente do tamanho da propriedade. Desta forma, estamos a poucos passos de uma nova realidade, que precisará, também, ser abarcada por uma nova legislação de terras. ■

"(...) a modernização da Lei do Imposto Territorial Rural é uma necessidade, com a efetiva manutenção do caráter extrafiscal desse imposto, ou seja, ajudar a desestimular a manutenção de imóveis rurais que estejam sendo subutilizados."



OPINIÃO

NOVOS (E MELHORES) TEMPOS PARA O AGRONEGÓCIO EM SÃO PAULO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

EM TODAS as atividades humanas, mudar o jeito de fazer é sempre difícil, porque esbarra em visões preconcebidas de mundo e rotinas repetidas mecanicamente por anos a fio. Mas o agronegócio sempre esteve na vanguarda das mudanças e das adaptações às novas realidades impostas pelo mercado e pela sociedade.

Vejamos a questão da sustentabilidade: não há mais como falar de produção sem falar de preservação. Conceitos que eram, até pouco tempo atrás, antagônicos são, hoje, complementares – mais ainda, indissociáveis! Afinal, o mesmo rio utilizado para lazer e abastecimento de água potável tem importância como fonte de irrigação das lavouras, o que nos leva a crer que a sua preservação deve estar no topo das prioridades daqueles que produzem – e está, ao contrário do que é vendido e percebido muitas vezes, principalmente no mercado internacional.

Mais uma vez, estamos em um momento no qual as lentes do mundo se voltam para as queimadas das nossas florestas, seja na Amazônia, no Pantanal ou na Mata Atlântica. E, infelizmente, o noticiário não é laudatório à exuberância da fauna e da flora, tampouco ao talento do seu povo e à sua contribuição no equilíbrio ambiental global, mas é, sim, recheado de críticas e ataques quanto aos episódios de desmatamento atribuídos erroneamente aos integrantes do agronegócio. O Governo e os entes locais não podem abrir mão do seu papel fiscalizador. Ao contrário, devem ser mais rigorosos e assertivos contra aqueles que, de forma sistemática, agem em desconformidade com a lei. Estes jamais poderão ser classificados como empresários, pois não passam de oportunistas.

Contudo, as ações não devem esgotar-se aí. Ao lado de uma maior fiscalização, o agronegócio precisa reagir de forma mais contundente. E é nesse ponto que precisamos de políticas públicas que reduzam os passivos ambientais e levem segurança jurídica aos proprietários rurais. Assim, surgem o Código Florestal, as legislações estaduais complementares para implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e os atos do Executivo estadual. Estes últimos, em São Paulo, foram editados recentemente para instituir uma política pública que dê mais velocidade à regularização ambiental, de forma conciliada com as produções agropecuária e florestal.

É uma meta ousada: preservar as áreas produtivas e, ainda, recuperar áreas degradadas. É dessa forma que precisamos conciliar estes dois patrimônios: o agronegócio e o meio ambiente.

Estima-se que mais de 800 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL) serão recompostos por meio da implementação da legislação ambiental em São Paulo, especificamente por meio do Programa Agro Legal. Salta-se, assim, de 23% para 26% do território coberto por vegetação nativa!

A causa ambientalista, que ganhou força na década de 1980 com os ativistas, cumpriu o seu papel de conscientizar a população sobre a importância de preservar as florestas e a sua relação com o equilíbrio do meio ambiente. Agora, chegou a vez do **ambientalismo de botina**, que tem como agentes implementadores os produtores rurais. Estes são os grandes protagonistas e serão os responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do agronegócio paulista! ■

"É uma meta ousada: preservar as áreas produtivas e, ainda, recuperar áreas degradadas. É dessa forma que precisamos conciliar estes dois patrimônios: o agronegócio e o meio ambiente."

REFLEXÃO

NARRATIVAS NÃO SÃO VERDADES, POIS O QUE INTERESSA SÃO OS FATOS



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A TRANSPARÊNCIA é fundamental para o desenvolvimento. As cobranças ao Governo para garantir a proteção da Amazônia, sob pena de enormes prejuízos para as exportações brasileiras, estão evoluindo. Não bastam palavras ou propaganda; é preciso que haja ações efetivas.

A divulgação de dados, principalmente dados de desmatamento, é feita por poucos países. Há muitos anos, o Brasil tomou a liderança disso e, por essa transparência, ganhou respeito internacional. Contestar dados matemáticos e dados de satélites é algo muito arriscado para a nossa reputação.

O Brasil não é reconhecido internacionalmente pelos seus exércitos ou pelo seu arsenal de guerra, mas pelo *soft power*, ou seja, o seu poder de persuasão, o seu patrimônio natural e, agora, o seu agronegócio.

No lado da agricultura, narrativas inconsistentes pavimentam o terreno para que produtores protecionistas insistam em novas barreiras contra importações. E o cerco ao Brasil avança. É preciso, urgentemente, sair dessa miopia geopolítica e comercial. No Brasil, o agro cresceu baseado em ciência, e é com base em ciência que se precisa preservar o bioma amazônico. A Amazônia faz parte do coletivo mundial; ela é fundamental para o ciclo de chuvas de boa parte do mundo e para a alimentação de água doce do Oceano Atlântico. Essa nova consciência ambiental do mundo tem de fazer parte da gestão socioeconômica do País.

No começo de setembro último, a Comissão Europeia abriu uma consulta pública para promover o combate ao desmatamento e a restauração das florestas, com foco na agricultura dos países tropicais. Segundo Bruxelas, cerca de 80% do desmatamento global é causado pela expansão de terras usadas pela agricultura.

As partes interessadas, incluindo estrangeiros, podem apresentar seus argumentos até 10 de dezembro próximo. A Comissão apresentará a sua proposta final ao Parlamento em 2021. E está previsto que uma lei entre em vigor em 2023, muito provavelmente com medidas unilaterais restritivas ao comércio baseadas em questões ambientais, como rotulagem ecológica, certificação ambiental e diligência devida nas importações.

As pressões acumulam-se sobre o Brasil. Basta ver alguns movimentos das cadeias de supermercados. Na Alemanha, duas das maiores redes de supermercados manifestaram preocupação com o desmatamento no Brasil e pediram para o governo alemão pressionar o País a conter a devastação ambiental. Redes varejistas no Reino Unido e na Suécia já advertiram para o risco de paralisar compras de produtos brasileiros – e a elas não importa se o produto saiu do Rio Grande do Sul ou da Amazônia.

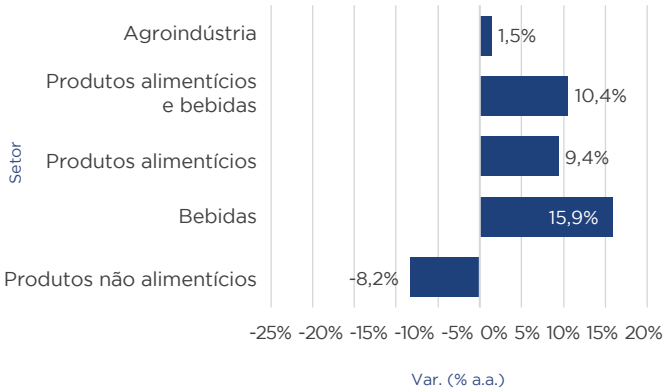
Produtores e Governo no Brasil precisam entender que as campanhas na Europa extrapolaram a agenda protecionista. Quando a Alemanha, principal beneficiária do acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), começa a mostrar reticências à aprovação do tratado, é sinal de que a situação é realmente preocupante. Está sendo posta em risco a negociação do acordo, e, se o Brasil não fizer parte desses grandes condomínios mundiais, pode ter o seu futuro comprometido. Os impactos ainda não são sentidos, mas serão em breve. O momento de agir é agora. ■

"No começo de setembro último, a Comissão Europeia abriu uma consulta pública para promover o combate ao desmatamento e a restauração das florestas, com foco na agricultura dos países tropicais."

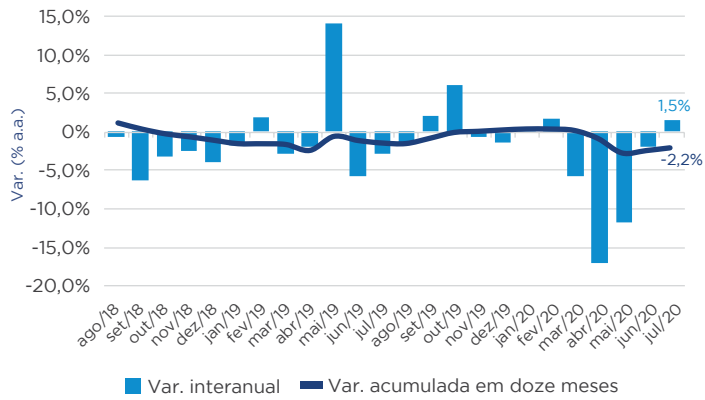
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: JULHO DE 2020

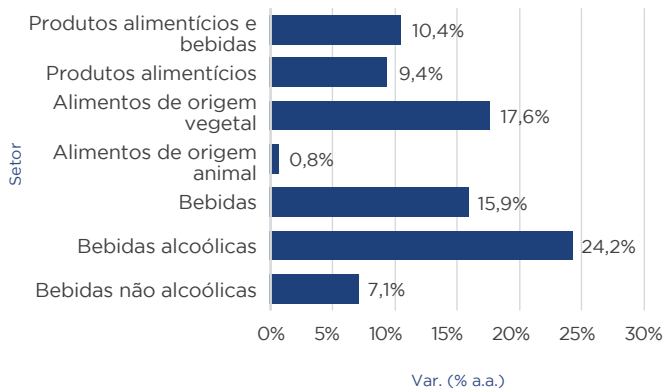
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JULHO DE 2020



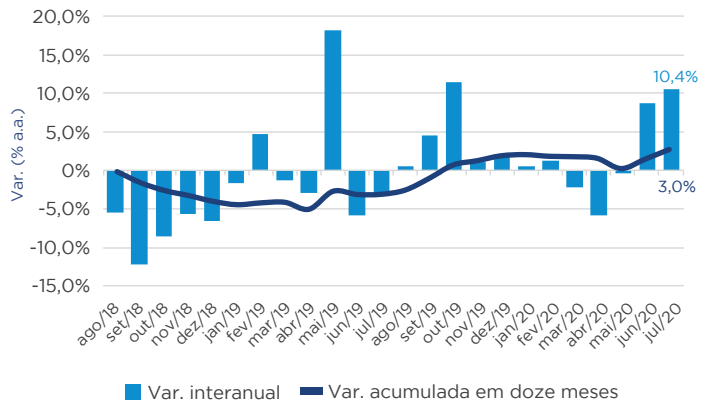
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



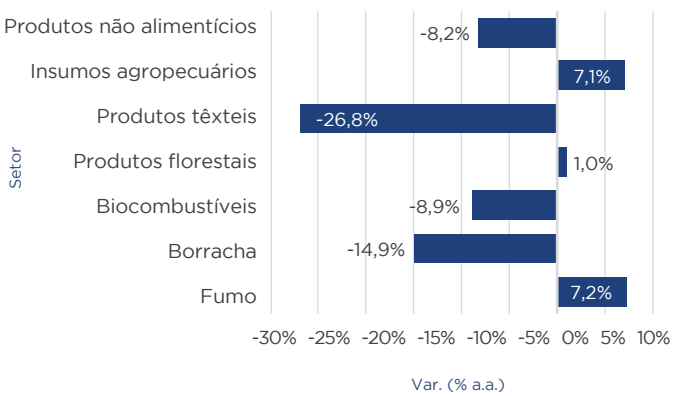
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JULHO DE 2020



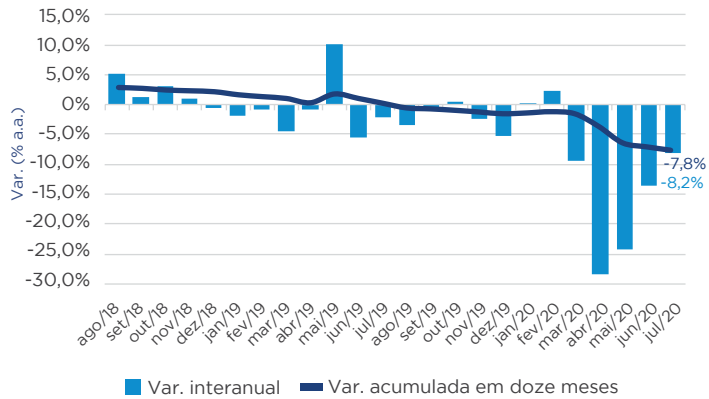
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JULHO DE 2020



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


3AW
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
AGRONEGÓCIO
ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.
VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.
CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.
Saiba mais em
www.eesp.fgv.br/
FGV EESP

O FUTURO ESTÁ NO AGRO

O MODERNO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO É RESULTADO DA EFICIÊNCIA EMPREENDEDORA DOS PRODUTORES RURAIS, DAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES, COM INVESTIMENTO EM PESQUISAS E INOVAÇÃO. UMA GRANDE CADEIA PRODUTIVA TRABALHANDO PARA GARANTIR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS, FIBRAS E ENERGIA.

ABAG

REPRESENTANDO O AGRO
NO BRASIL E NO MUNDO

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO